

RETIRADA DE EDITAL – CONCORRÊNCIA 003/11

OBJETO DA CONCORRÊNCIA: Contratação de empresa de engenharia consultiva para execução dos serviços técnicos especializados de Gerenciamento e Assessoria Técnica do Projeto de Implantação da EF-354 – Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO, no trecho de aproximadamente 1.000 km, no segmento compreendido entre intercessão da FICO com a Ferrovia Norte Sul – FNS, à Lucas do Rio Verde.

Preencher de forma legível

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
FAX:
PESSOA PARA CONTATO:
E-MAIL:
CNPJ:

_____, ____/____/2011. (LOCAL)
ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

OBSERVAÇÃO: Os candidatos que retirarem o edital via internet deverão preencher esta folha de *Retirada de Edital* e obrigatoriamente encaminhar para o fax nº (61) 2029-6483, ou por e-mail: gelic@valec.gov.br. A não remessa deste recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A**

CONCORRÊNCIA Nº 003/11

PROCESSO Nº 1020/11

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

Data Abertura: 26/05/2011

Horário: 15:00 h

A **VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.**, com sede no Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 1, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, 19º andar – Brasília/DF, doravante denominada **VALEC**, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de concorrência, para **Contratação de empresa de engenharia consultiva para execução dos serviços técnicos especializados de Gerenciamento e Assessoria Técnica do Projeto de Implantação da EF-354 – Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO, no trecho de aproximadamente 1.000 km, no segmento compreendido entre intercessão da FICO com a Ferrovia Norte Sul – FNS, à Lucas do Rio Verde.**, cujo processamento, todos os atos e termos decorrentes reger-se-ão pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores.

O edital e seus anexos podem ser adquiridos na **VALEC**, mediante o pagamento da importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou ainda retirado gratuitamente no *site* da **VALEC**, qual seja, www.valec.gov.br.

A **VALEC** não se responsabilizará pelos editais, suas planilhas, formulários e demais informações, obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do disposto acima.

O preço total máximo estabelecido pela **VALEC** para execução do objeto desta licitação é de **R\$ 37.035.860,97 (trinta e sete milhões, trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e sete centavos)**.

ÍNDICE

- 1.0** **DEFINIÇÕES E ABREVIACÕES**
- 2.0** **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
 - 2.1 Objeto
 - 2.2 Prazo de Execução
 - 2.3 Valor Orçado
 - 2.4 Condução da Licitação
- 3.0** **REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO**
 - 3.1 Condições de Participação
 - 3.2 Manifestação de Interesse de Participação
- 4.0** **COMPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS**
 - 4.1 Documentos de Habilitação
 - 4.2 Documentos da Proposta Técnica
 - 4.3 Documentos da Proposta de Preços
- 5.0** **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**
 - 5.1 Credenciamento
 - 5.2 Apresentação das Propostas
 - 5.3 Seções Públicas
- 6.0** **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
 - 6.1 Critérios de Julgamento
 - 6.2 Análise dos Documentos de Habilitação
 - 6.3 Análise da Proposta Técnica
 - 6.4 Análise da Proposta de Preços
 - 6.5 Classificação das Proponentes
- 7.0** **PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**
 - 7.1 Questionamentos e Informações Adicionais
 - 7.2 Recurso Administrativo
 - 7.3 Impugnação ao Edital
 - 7.4 Homologação e Adjudicação
- 8.0** **CONDIÇÕES CONTRATUAIS**
 - 8.1 Medição e Forma de Pagamento
 - 8.2 Fiscalização
 - 8.3 Sanções
 - 8.4 Rescisão
 - 8.5 Sub-rogação e Subcontratação
 - 8.6 Reajustamento
 - 8.7 Garantia Contratual
- 9.0** **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

ANEXOS

- Anexo I Termo de Referência
- Anexo II Indicações Particulares
- Anexo III Normas para Medição e Pagamento
- Anexo IV Minuta do Instrumento Contratual
- Anexo V Modelos de Carta
- A Carta Credencial
 - B Carta de Apresentação da Proposta Técnica
 - C Carta de Apresentação da Proposta de Preços
- Anexo VI Modelos de Declaração
- A Declaração Referente a Menores
 - B Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo
 - C Declaração de Conhecimento dos Serviços
- Anexo VII Quadros da Qualificação Econômico-Financeira
- A Demonstrativo da Capacidade Econômico-Financeira
- Anexo VIII Quadros da Qualificação Técnica
- A Relação dos Serviços Executados por Profissionais de Nível Superior Vinculados Permanentemente à Empresa
- Anexo IX Quadros da Proposta Técnica
- A Relação dos Profissionais de Nível Superior
 - B Identificação, Formação e Experiência Profissional de Técnicos de Nível Superior
 - C Termo de Autorização/Compromisso
 - D Capacidade Técnica da Proponente
- Anexo X Quadros da Proposta de Preços
- A Demonstrativo da Composição do Preço Orçado
 - B Salário da Equipe
 - C Equipamentos de Informática
 - D Veículos
 - E Despesas Diversas
- Anexo XI Orçamento

1.0 – DEFINIÇÕES E ABREVIACÕES

São adotadas as siglas, expressões e termos que terão o significado que a seguir lhes é apontado, sem prejuízo de outras eventualmente inseridas neste edital, em seus anexos ou, ainda, na legislação aplicável:

VALEC/CONTRATANTE – VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A., contratante da execução dos serviços;

LICITANTE/PROPONENTE – Pessoa jurídica que apresenta PROPOSTA para a execução dos serviços;

LICITAÇÃO – É o procedimento administrativo mediante o qual a VALEC selecionará a PROPOSTA de melhor Técnica e Preço entre quaisquer interessados que, na fase da habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto, desenvolvendo-se através de uma sucessão de atos vinculantes para a VALEC e para as proponentes, propiciando assim igual oportunidade a todos os interessados;

LICITANTE VENCEDOR – Pessoas Jurídicas participantes desta LICITAÇÃO, que tendo atendido os requisitos de Habilitação, tenham apresentado melhor Técnica e Preço;

PROPOSTA – Conjunto de documentos fornecidos pela PROPONENTE para a LICITAÇÃO, onde se acham estabelecidas as condições ou determinações indispensáveis à sua elaboração e conclusão;

CONTRATANTE – VALEC;

CONTRATADA – Pessoa jurídica que por meio de CONTRATO assinado com a VALEC se compromete a executar e prestar os serviços;

CONTRATO – É o instrumento firmado pela VALEC e pela CONTRATADA, no qual estão estabelecidas as condições em que serão executados os SERVIÇOS e as obrigações e direitos recíprocos;

SERVIÇOS – Todas as atividades realizadas pela CONTRATADA para a consecução do objeto do CONTRATO;

ORDEM DE SERVIÇO - É o instrumento emitido pela CONTRATANTE autorizando a CONTRATADA a iniciar e executar os serviços ou parte deles, indicando objeto, prazo, valor e outras considerações necessárias à perfeita caracterização dos serviços liberados;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) – É a comissão designada pela Portaria nº 337/2010 para a execução de procedimento administrativo licitatório;

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Conjunto de documentos emitidos pela VALEC, contendo as normas, especificações, quadros, gráficos, tabelas e todos os demais dados necessários à caracterização do empreendimento, incluindo todas as modificações introduzidas pela VALEC no decorrer dos serviços.

2.0 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – Objeto

2.1.1 – O objeto desta concorrência é a **Contratação de empresa de engenharia consultiva para execução dos serviços técnicos especializados de Gerenciamento e Assessoria Técnica do Projeto de Implantação da EF-354 – Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO, no trecho de aproximadamente 1.000 km, no segmento compreendido entre intercessão da FICO com a Ferrovia Norte Sul – FNS, à Lucas do Rio Verde**, conforme especificações e condições constantes deste edital, seu Termo de Referência e possíveis cadernos de perguntas e respostas publicados no *site* www.valec.gov.br.

2.1.2 – Serviços a Serem Desenvolvidos

Os serviços objeto desta concorrência, cujo detalhamento se encontra no **Anexo I – Termo de Referência** compreendem:

- ✓ Compatibilização, processamento e difusão dos dados e informações coletadas pelas equipes de supervisão/fiscalização técnica.
- ✓ Acompanhamento detalhado e de conjunto, do desenvolvimento físico-financeiro da Implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e de todos os seus Projetos Executivos, de forma a atender as demandas das entidades externas, de interesse do Projeto de Implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, tais como as agências de financiamento, convênios e órgãos governamentais, dentre outros;
- ✓ Elaboração de relatórios analíticos de situação, sempre ensejando respostas tempestivas dos setores executivos do gerenciamento, no sentido de corrigir eventuais desvios em relação ao programado, bem como proporcionar uma maior eficiência administrativa, assegurando o pleno entrosamento das unidades envolvidas;
- ✓ Gerenciamento do projeto de implantação como um todo;
- ✓ Assessoramento técnico quanto a adequação, bem como nas revisões de projetos em fase de obra;
- ✓ Gerenciamento da qualidade dos serviços de construção e supervisão de campo, inclusive obediência ao projeto de engenharia;

- ✓ Assessoramento técnico quanto à obediência aos dispositivos contratuais, inclusive os da proposta de preços;
- ✓ Verificação do cumprimento dos prazos e metas contratuais ou aquelas estabelecidas pela Fiscalização;
- ✓ Gerenciamento das interfaces das estruturas intervenientes na execução dos contratos;
- ✓ As atividades de planejamento, acompanhamento e controle deverão contar com um amplo e confiável sistema computadorizado de informações gerenciais e operacionais, conforme a seguir descrito, compatibilizado com o Plano Gerencial, que permita, a qualquer tempo, uma visão detalhada ou de conjunto do Programa

2.1.3 – Condições para Execução

A logística necessária à execução dos serviços por empreitada de preço unitário é de total responsabilidade da proponente vencedora desta concorrência e deverá ter seu custo incluído no preço final.

Os serviços constantes do escopo deverão ser desenvolvidos de acordo com as normas, instruções e especificações estabelecidas pela VALEC e as da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.1.4 – Local de Execução dos Serviços

A EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste consta do PNV pela Lei 11.297/2006, com um total de 1.630 km de extensão, interligando a Ferrovia Norte Sul (km 307+949, 934 da FNS e km 0,000 da FICO), no município de Campinorte/GO, ao Terminal de Vilhena (km 1630,000). Este segmento foi oficializado pela Medida Provisória 427 de 09 de maio de 2008 e, posteriormente, pela Lei 11.772 de 17 de setembro de 2008.

Atualmente, parte da Ferrovia de Integração Centro-Oeste encontra-se em fase de elaboração de Projeto Básico com os lotes de Projeto e de Obras discriminados nos quadros abaixo:

LOTES DE PROJETO

LOTE	SEGMENTO	EXTENSÃO (KM)
1	Km 0,000 (FICO) = Km 307+949 (FNS) ao Km 385,000 (Polo Água Boa / BR 158)	385,00
2	Km 385,000 (Polo Água Boa / BR 158) ao Km 568,300 (Rio Pacuneiro)	183,30
3	Km 568,300 (Rio Pacuneiro) ao Km 721,300 (Rio Ronuro)	153,00
4	Km 721,300 (Rio Ronuro) ao Km 902,300 (Lucas do Rio Verde / BR - 163)	181,00

5	Km 902,300 (Lucas do Rio Verde / BR - 163) ao Km 1.146,000	243,70
6	Km 1.146,000 ao Km 1388,000	242,00
7	Km 1388,000 ao Km 1630,000	242,00
TOTAL		1.630,00

LOTES DE OBRAS

LOTE	SEGMENTO	EXTENSÃO (KM)
1	Km 0,000 (FICO) = Km 307+949 (FNS) ao Km 77,750 (GO - 154)	77,75
2	Km 77,750 (GO - 154) ao Km 157,470 (Rio Crixás Mirim)	79,72
3	Km 157,470 (Rio Crixás Mirim) ao Km 238,480 (Rio Araguaia)	81,01
3A	Km 238,48 ao Km 241,00 (Ponte do Rio Araguaia) (2,52 Km entre aterros)	1,83
4	Km 241,000 (Rio Araguaia) ao Km 308,430 (Córrego Ribeirão Água Preta)	67,43
5	Km 308,430 (Córrego Ribeirão Água Preta) ao Km 383,300 (Polo Água Boa / BR - 158)	74,87
6	Km 383,300 (Polo Água Boa / BR - 158) ao Km 474,900 (Córrego Canastrão)	91,60
7	Km 474,900 (Córrego Canastrão) ao Km 568,300 (Rio Pacuneiro)	93,40
8	Km 568,300 (Rio Pacuneiro) ao Km 644,400 (Rio Tamitoala)	76,10
9	Km 644,400 (Rio Tamitoala) ao Km 721,300 (Rio Ronuro)	76,90
10	Km 721,300 (Rio Ronuro) ao Km 806,500 (MT - 140)	85,20
11	Km 806,500 (MT - 140) ao Km 902,300 (Lucas do Rio Verde - BR 163)	95,80
12	Km 902,300 (Lucas do Rio Verde - BR 163) ao Km 983,150	80,85
13	Km 983,150 ao Km 1065,350	82,20
14	Km 1065,350 ao Km 1150,350	85,00
15	Km 1150,350 ao 1230,700	80,35
16	Km 1230,700 ao 1313,850	83,15
17	Km 1313,850 ao Km 1393,750	79,90
18	Km 1393,750 ao Km 1474,750	81,00
19	Km 1474,750 ao 1557,000	82,25
20	Km 1557,000 ao Km 1630,000	73,00

OBSERVAÇÃO: Os limites de quilometragem nas divisas dos lotes poderão sofrer variações em função das interferências encontradas.

2.2 – Prazo de Vigência Contratual e de Execução

2.2.1 – O prazo de vigência contratual será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado, a critério da VALEC, nos termos do artigo 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, contado a partir da data de assinatura do contrato.

2.2.2 – A data de início de execução dos serviços será a da assinatura da 1ª Ordem de Serviço, expedida pela VALEC.

2.2.3 – O prazo estabelecido na ordem de serviço não poderá ultrapassar o prazo de vigência do contrato.

2.2 – Valor Orçado

2.2.1 – O valor estimado para a execução dos serviços, referentes à **set/2010**, é de **R\$ 37.035.860,97 (trinta e sete milhões, trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e noventa e sete centavos)**.

2.2.2 – Os recursos para os serviços objeto deste edital estão consignados no Orçamento Geral da União – OGU/2011, para a VALEC, bem como na LOA, funcional programática número 26.783.1457.12 fl 0001 no Plano Plurianual de Investimentos dos exercícios subseqüentes, no que couber.

2.3 – Condução da Licitação

2.3.1 – A licitação de que trata este edital será julgada pela Comissão Permanente de Licitações cujos membros são designados pela Portaria nº 337/2010 do Presidente da VALEC.

2.3.2 – A Comissão Permanente de Licitações poderá ser assessorada tecnicamente, cabendo aos assessores emitir pareceres quando solicitados.

2.3.3 – Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação do edital, que possam interferir no andamento do processo, ou influir na formulação da proposta, podendo ser adotadas as seguintes providências, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações:

- Aditamento ou suspensão da licitação;
- Revogação ou anulação deste edital, ou, ainda, sua modificação no todo ou em parte; ou
- Alteração das condições no processo licitatório, com a sua divulgação ou a republicação deste edital, e, caso seja necessário, o estabelecimento de nova data para a realização da concorrência.

3.0 – REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Condições de Participação

3.1.1 – Somente poderão participar da presente concorrência as empresas e instituições que tenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e cumpram as exigências estabelecidas neste edital.

3.1.2 – A participação no presente certame implica na aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, em vigor, e na responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.1.3 – As micro-empresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

3.1.4 – As empresas estrangeiras que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências deste edital mediante documentos equivalentes, observado o disposto no item 4 deste edital, provando, ainda, que detêm autorização do Governo Federal para instalação e funcionamento no Brasil, além de observar os termos da Resolução nº 444/2000 do CONFEA e do Código Civil Brasileiro.

3.1.5 – Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que satisfaçam plenamente todas as cláusulas deste edital, seus anexos e a legislação em vigor, reunidas, ou não, sob forma de consórcio, sendo vedada a participação de empresas consorciadas em mais de um consórcio ou isoladamente. As empresas integrantes do consórcio serão responsáveis solidárias pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na de execução contratual. No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

3.1.6 – Não poderão participar da licitação:

a) Pessoas jurídicas cujos dirigentes ou responsáveis técnicos sejam ou tenham sido ocupantes de cargo de direção, assessoramento superior, assistência intermediária, cargo efetivo ou emprego no Ministério dos Transportes ou órgão e empresas a ele vinculados, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias corridos anteriores à data da publicação do aviso desta licitação.

b) Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados.

c) Empresas com falência decretada, concordatárias ou em recuperação judicial ou extrajudicial.

3.1.7 – O disposto nos itens anteriores não prejudica, em nenhuma hipótese, o exercício do direito de impugnação a este edital.

3.2 – Manifestação de Interesse de Participação

3.2.1 – A manifestação de interesse dar-se-á com o preenchimento e entrega, pelos participantes, dos dados solicitados no formulário *Retirada de Edital*, que deverá ser entregue no endereço: SBN, Quadra 1, Bloco F, Ed. Palácio da Agricultura, 19º andar – GELIC – Brasília/DF, enviado pelo fax nº (61) 2029-6483 ou pelo e-mail: gelic@valec.gov.br.

3.2.2 – A ausência da entrega deste formulário isenta a Comissão Permanente de Licitações de informar diretamente à proponente interessada qualquer modificação que ocorra no decorrer do processo, ficando o mesmo informado somente por meio das publicações no Diário Oficial da União.

4.0 – COMPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 – Documentos de Habilitação

4.1.1 – Documentação

Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados, assinados por diretor(es) da proponente ou por pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público), em envelope lacrado, identificado, observando-se o item 5.2.3 deste edital; em 1 (uma) via, digitada, em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, e sua elaboração deverá apresentar a seguinte ordem seqüencial:

a) Índice - deverá, obrigatoriamente, constar um índice com a discriminação de cada documento com a indicação de suas respectivas folhas, obedecida a seqüência das solicitações deste edital.

b) Carta da Empresa Licitante – a documentação deverá ser acompanhada por uma carta assinada por diretor(es) ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público), comprovando a delegação de poderes para fazê-lo em nome da empresa, afirmando claramente:

- estar ciente das condições da licitação;
- que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, observando o disposto na Lei nº 8.666/93, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela VALEC;

- que executará os serviços de acordo com as especificações da VALEC, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou de outras autorizadas pela VALEC;
 - que disponibilizará os recursos materiais e humanos necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar a qualidade dos serviços;
 - que tomou conhecimento de todas as informações, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e obteve todos os esclarecimentos necessários à formulação da proposta;
 - que executará os serviços de acordo com o prazo estabelecido no edital.
- c) Declaração de que a empresa não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menor de dezoito anos, e, qualquer trabalho, menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze), conforme **Anexo VI A – Declaração Referente a Menor.**
- d) Declaração da proponente de que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, e de que está ciente ainda da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme **Anexo VI B – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.**
- e) Documentos da Habilitação Jurídica
- e.1) Cédulas de identidade dos responsáveis legais da empresa/entidade.
 - e.2) Registro comercial, no caso de empresa individual.
 - e.3) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
 - e.4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
 - e.5) Procuração por instrumento público, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor(es), com poderes estatutários para firmar compromisso.
 - e.6) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Documentos da Regularidade Fiscal
- f.1) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

f.2) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

f.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente, na forma da lei, a saber:

- Certidão Conjunta de Regularidade Fiscal expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria de Receita Federal;
- Certidão de Regularidade Fiscal fornecida pela Secretaria de Estado de Fazenda;
- Certidão de Regularidade Fiscal fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

f.4) Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo INSS, conforme a Lei nº 8.212, de 24/07/91, artigo. 47, inciso I, alínea “a”, combinado com o inciso IV, do artigo 29 da Lei nº 8.666/93.

f.5) Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela CEF, dentro do prazo de validade, de acordo com a Lei nº 8.036/90, artigo 27, alínea “a”.

A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

g) Documentos da Qualificação Econômico-Financeira

g.1) As empresas/entidades deverão apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa/entidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Quando se tratar de sociedade anônima, o balanço referente ao exercício deve vir acompanhado de sua publicação em jornal de circulação na sede da empresa.

g.1.1) Os valores financeiros acima referidos poderão ser atualizados para a data da licitação pelo índice oficial (IGP-DI), devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo.

g.1.2) Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a VALEC se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas proponentes.

g.2) Demonstrativo da capacidade econômico – financeira da empresa/entidade por meio de índices discriminados nas fórmulas a seguir, e mediante o preenchimento do

quadro apresentado no *Anexo VII A – Demonstrativo da Capacidade Econômico-Financeira*.

$$ILC = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)}$$

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

onde:

LG	=	Índice de Liquidez Geral
ILC	=	Índice de Liquidez Corrente
AC	=	Ativo Circulante
RLP	=	Realizável a Longo Prazo
PC	=	Passivo Circulante
ELP	=	Exigível a Longo Prazo

Não será habilitada a empresa/entidade cujos índices ILG e ILC forem inferiores a 1,0.

g.3) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da licitação. Deverá ser anexada certidão da Corregedoria de Justiça, quando houver, onde for sediada a empresa, na qual conste quais os cartórios distribuidores de pedido de falência ou concordata.

g.4) A proponente deverá comprovar, no dia da apresentação da proposta, possuir capital social mínimo, ou patrimônio líquido mínimo, de valor igual ou superior a **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**.

g.4.1) para fins de comprovação, a proponente deverá apresentar cópia autenticada da última ata de alteração do capital, devidamente registrada na Junta Comercial, ou entidade competente.

g.4.2) o capital social e o patrimônio líquido mínimos poderão ser atualizados para a data da apresentação da proposta, por índices oficiais, na forma da lei, ou seja IGP-DI.

h) Documentos da Qualificação Técnica

h.1) Registro/Certidão de inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no conselho profissional competente (quando houver), válida na data de apresentação da proposta. No registro ou certidão da empresa deverá constar a referência da atividade compatível com o serviço a ser executado.

h.2) Relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados permanentemente à empresa, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis com aqueles objeto da licitação, descritos e especificados no *Anexo I – Termo de Referência*, assim definidos:

- *Execução dos serviços técnicos especializados de Gerenciamento e Assessoria Técnica de Projeto de Implantação de Ferrovias e/ou Rodovias.*

h.2.1) A vinculação permanente será caracterizada pelo vínculo empregatício ou participação societária.

O vínculo empregatício será comprovado, obrigatoriamente, mediante a anexação de cópias autenticadas da Ficha de Registro de Empregados – FRE e da Carteira Profissional de Trabalho.

Será admitida também a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

h.2.2) Os atestados e/ou certidões de capacidade técnica deverão ter sido emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente certificados/averbados pelo conselho profissional competente, inclusive os emitidos pela VALEC, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços.

Deverão ser apresentados somente os atestados e/ou certidões exigidos, e suficientes, para a comprovação, indicando com marca texto os itens que comprovarão as exigências. Os atestados serão considerados pela ordem de apresentação. Os que excederem ao número solicitado serão desconsiderados.

h.3) Declaração da proponente de que detém total conhecimento dos serviços, conforme modelo constante no *Anexo VI C – Declaração de Conhecimento dos Serviços*.

4.1.2 – Consórcios

Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que satisfaçam plenamente todas as cláusulas deste edital, seus anexos e a legislação em vigor, reunidas sob a forma de consórcio, sendo vedada a participação de empresas consorciadas em mais de um consórcio ou isoladamente. As empresas integrantes do consórcio serão responsáveis solidárias pelos atos praticados, tanto na fase de licitação quanto na de execução contratual. No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira;

Empresas reunidas sob a forma de consórcio deverão observar o artigo 33 da Lei nº 8.666/93:

a) Cada consorciado deverá atender individualmente aos quesitos de habilitação previsto neste Edital, apresentando os documentos exigidos, exceto quanto aos quesitos relativos a capacitação técnica e habilitação econômico-financeira, observando-se para este último **a proporcão de sua respectiva participação;**

b) Os quesitos de capacidade técnica deverão ser atendidos o conforme o descrito no item 1.4 – Capacidade Técnica da Proponente constante do *Anexo II – Indicações Particulares* do presente Edital;

c) A empresa líder do Consórcio deverá apresentar o compromisso de constituição do Consórcio. O instrumento de constituição ou de compromisso de constituição do Consórcio deverá obedecer aos seguintes requisitos:

✓ Indicar a líder do consórcio, que será responsável pelo cumprimento das obrigações consorciadas;

✓ Conferir à líder amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e de contrato, receber o preço do serviço, dar quitação, responder administrativamente e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

✓ Regular a participação de cada consorciada na execução dos serviços, bem como a participação percentual de cada consorciada no preço; e

✓ Regular a responsabilidade de cada consorciada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e/ou técnicas, devendo as integrantes do Consórcio ser obrigatoriamente responsáveis solidárias pelo cumprimento licitatório e do contrato.

✓ O consórcio não poderá ter sua composição ou constituição alterada, ou sob qualquer forma modificada, sem prévio e expresso consentimento da VALEC.

d) Para efeito de qualificação técnica, será válido o somatório dos quantitativos da cada consorciado;

e) Caso seja vencedor do certame, o consórcio vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, o registro do consórcio, elaborado nos termos do Compromisso de Constituição apresentado por ocasião da licitação, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente.

4.1.3 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da proponente com número do CNPJ e com o endereço respectivo.

4.1.4 – Se a proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome. Se a proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

4.1.5 – As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública desta concorrência.

4.1.6 – Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

4.2 – Documentos da Proposta Técnica

A Proposta Técnica deverá ser apresentada, assinada por diretor(es) da proponente ou por pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público), em envelope lacrado, identificado, observando-se o item 5.2 deste edital, em 2 (duas) vias, digitadas, em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, e sua elaboração deverá apresentar a seguinte ordem seqüencial:

a) Índice

b) Apresentação (*Anexo V B- Carta de Apresentação da Proposta Técnica*)

Deverão ser apresentados os seguintes quesitos, devidamente detalhados no Anexo II – Indicações Particulares:

c) Conhecimento do Problema

d) Plano de Trabalho:

- ✓ Descrição da Metodologia;
- ✓ Descrição da Estrutura Organizacional; e
- ✓ Fluxograma.

e) Capacidade da Equipe Técnica de Nível Superior

e.1) Relação nominal da equipe técnica de nível superior **pontuável**, proposta para a execução dos serviços, mediante o preenchimento do quadro do *Anexo IX A – Relação dos Profissionais de Nível Superior*.

e.2) Para todos os profissionais **pontuáveis**, deverá ser preenchido o *Anexo IX B – Identificação, Formação e Experiência Profissional de Técnico de Nível Superior*, e apresentado na Proposta Técnica.

A comprovação da experiência profissional da equipe pontuável será feita por meio de atestados e/ou certidões, do qual conste o nome do técnico, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo conselho profissional competente, inclusive os emitidos pela VALEC. Tais atestados e certidões deverão ser anexados à Proposta Técnica

Deverão ser apresentados somente os atestados e/ou certidões exigidos e suficientes para a comprovação, indicando com marca texto os itens que comprovarão as exigências. Os atestados serão considerados pela ordem de apresentação. Os que excederem ao número solicitado serão desconsiderados.

e.3) Deverá ser anexado à proposta, termo de autorização/compromisso dos profissionais **pontuáveis**, manifestando autorização para inclusão dos seus nomes como

participantes da equipe técnica , conforme **Anexo IX C – Termo de Autorização /Compromisso**.

f) Capacidade Técnica da Proponente

Relação dos serviços executados pela empresa, ou em andamento, compatíveis com os serviços objeto da licitação, apresentada mediante o preenchimento do **Anexo IX D – Capacidade Técnica da Proponente**, comprovados por atestados ou certidões emitidas por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente certificados pelo conselho profissional competente, deles constando, em papel timbrado do emitente, nome, endereço e telefone, a identificação do contrato, período de execução, objeto ou natureza dos serviços, nomes do contratado e do contratante. Tais atestados e certidões deverão ser anexados à Proposta Técnica.

Apresentar somente os atestados e/ou certidões exigidos e suficientes para a comprovação e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências. Os atestados serão considerados pela ordem de apresentação. Os que excederem ao número solicitado serão desconsiderados.

4.3 – Documentos da Proposta de Preços

4.3.1 - Documentação

A Proposta de Preços deverá ser apresentada, assinada por diretor(es) da proponente ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público), em envelope lacrado, identificado, observando-se o item 5.2 do edital, em 2 (duas) vias, datilografadas ou digitadas em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, contendo os elementos a seguir relacionados:

a) Índice

b) Carta de Apresentação da Proposta de Preços (**Anexo V C - Carta de Apresentação de Proposta de Preços**), assinada por diretor(es) ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público) em papel timbrado, identificando os serviços a que a proponente está concorrendo, o número do edital, o prazo de execução e o preço global proposto para os serviços, em algarismos arábicos e por extenso, em reais, esclarecendo que se refere ao mês do orçamento preestabelecido nesse edital (**Anexo XI - Orçamento**).

c) Composição do Preço Proposto, por meio do preenchimento dos quadros abaixo:

- ✓ **Anexo X A – Demonstrativo da Composição do Preço Orçado**
- ✓ **Anexo X B – Salário da Equipe**
- ✓ **Anexo X C – Equipamentos de Informática**
- ✓ **Anexo X D – Veículos**
- ✓ **Anexo X E – Despesas Diversas**

Será desclassificada a empresa que apresentar preços unitários, cujos valores de mão de obra estejam inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por dissídio coletivo, acordos, convenções coletivas de trabalho ou pisos salariais estabelecidos por conselho profissional competente. Os dissídios, acordos e convenções deverão ser os estabelecidos segundo as localidades onde serão executados os serviços.

4.3.2 – Validade da Proposta

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

4.3.3 – A apresentação da proposta implicará no pleno conhecimento e aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, não podendo haver desistência de valor ofertado, sujeitando-se o proponente às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

4.3.4 – Em conformidade com a Lei nº 8.666/93 com suas alterações, as proponentes deverão apresentar suas propostas com preços em real.

4.3.5 - As informações contidas na Proposta de Preços poderão ser mantidas pela VALEC, para formação de base de dados licitatórios.

5.0 – RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 – Credenciamento

5.1.1 – Cada proponente apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade.

5.1.2 – As proponentes que desejarem credenciar representante deverão fazê-lo por escrito, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente), conferindo-lhes poderes para receber intimações e, eventualmente, interpor recursos ou desistir deles.

5.1.3 – A credencial de representante deverá ser apresentada na data de abertura de cada seção para recebimento dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação e a falta de sua apresentação não desqualifica o candidato, mas impede qualquer manifestação em nome do representado até a regularização do credenciamento.

5.1.4 – Cada representante credenciado somente poderá exercer a representação de uma única proponente.

5.1.5 – Por credenciais entende-se:

- a) Habilitação do representante mediante procuração pública, outorgando poderes de representação na referida licitação.
- b) **Carta de Credenciamento – Anexo V A**, em papel timbrado da empresa, com firma reconhecida do outorgante, conforme o parágrafo 2º do artigo 654 do Código Civil.
- c) Caso seja o representante legal da empresa proponente, apresentar documento que comprove sua capacidade de representar a mesma.

5.2 – Apresentação das Propostas

5.2.1 – Na data de **26/05/2011, às 15:00 horas**, as proponentes interessadas deverão comparecer na sala de reuniões da VALEC situada no Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 1, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, 19º andar, Brasília/DF para entrega dos Envelopes nº 1 (Declaração de Opção), nº 2 (Documentos de Habilitação), nº 3 (Proposta Técnica) e nº 4 (Proposta de Preços) e abertura dos Envelopes nº 1 e 2.

5.2.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

5.2.3 – A Declaração de Opção, os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preços deverão ser entregues na data estabelecida pelo item 5.2.1, por representante devidamente credenciado, munido dos documentos que comprovem seus poderes de representação e apresentados em 4 (quatro) envelopes lacrados, distintos e identificados em sua capa, da seguinte forma:

ENVELOPE nº 1 – DECLARAÇÃO DE OPÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2011

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE

NOME, TELEFONE E E.MAIL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO

ENVELOPE nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2011

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE

NOME, TELEFONE E E.MAIL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO

ENVELOPE nº 3 – PROPOSTA TÉCNICA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2011

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE

NOME, TELEFONE E E.MAIL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO

ENVELOPE nº 4 – PROPOSTA DE PREÇOS**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2011****DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE****NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO****5.2.4 – A licitante que fizer a opção descrita no envelope nº 01 fica dispensada de apresentar no envelope nº 02 todos os documentos que constem do cadastro do SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores)**

5.2.5 – Para fins de acervo e de celeridade do procedimento licitatório, solicita-se que seja anexado, em cada envelope, CD ou DVD contendo cópia dos documentos de habilitação (Envelope nº 02), Proposta Técnica (Envelope nº 03) e Proposta de Preço (Envelope nº 04). Para o envelope nº 04 o CD ou DVD deverá conter Proposta de Preços e demais documentos na forma de planilha eletrônica protegida, que permita somente a cópia dos dados inseridos

5.2.5.1 – Nenhuma empresa será inabilitada nem desclassificada pela não apresentação do CD/DVD solicitado.

5.2.5.2 – Sempre que divergente, prevalecerá os documentos entregues em meio físico devidamente assinados pelo Representante da proponente, conforme descrito no item 5.2.3 deste edital.

5.2.6 – A não apresentação dos envelopes no dia, hora e local estabelecidos, equivalerá à desistência da participação na concorrência, mesmo que a proponente tenha entregue o formulário de **Retirada de Edital**.

5.2.7 – Todos os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor público, ou publicação em órgão da imprensa oficial, salvo aqueles extraídos da *internet*. Não serão aceitos documentos entregues fotocopiados em papel termo-sensível (fac-símile).

5.2.8 – Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:

- Todos os documentos que se relacionam a concorrência deverão ser apresentados em língua portuguesa e toda documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma;
- Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;
- Na eventualidade do país da empresa estrangeira ter firmado Convenção de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa com o Brasil, a autenticação dos documentos pelos respectivos

consulados fica dispensada, devendo ser apresentada cópia autenticada da referida convenção.

5.2.9 – Não será admitida a entrega dos documentos por via postal ou qualquer outro meio que não o previsto no item 5.2.1.

5.2.10 – Para efeito de padronização, os modelos constantes deste edital deverão ser obedecidos.

5.2.11 – A proponente arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua proposta. A VALEC, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação, ou os resultados desta.

5.3 – Seções Públicas

5.3.1 – Será realizada, primeiramente, a sessão pública para recebimento dos Envelopes nº 1, 2, 3 e 4 e abertura do Envelope nº 1 – Declaração de Opção e nº 2 – Documentos de Habilitação. Neste caso, a Comissão Permanente de Licitações poderá suspender a reunião para análise dos documentos e realizar diligências e consultas, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos, comunicando sua decisão às proponentes.

5.3.2 – A Comissão Permanente de Licitação manterá em seu poder os envelopes contendo as Propostas Técnica e de Preços lacradas, que deverão ser rubricados por todas as proponentes presentes na primeira sessão pública.

5.3.3 – Os envelopes contendo as Propostas Técnica e de Preços de proponente inabilitada, não retirados pelo representante na data da abertura das demais propostas, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitações, devidamente lacrados, à disposição da empresa durante 10 (dez) dias corridos. Findo este prazo, sem que os mesmos sejam retirados pela concorrente inabilitada, este órgão não se responsabilizará pela guarda desses envelopes.

5.3.4 – Sessão pública para abertura do Envelope nº 3 será devidamente informada às proponentes.

5.3.5 – Havendo desistência expressa de todas as proponentes em interpor recurso quanto ao resultado da Habilitação e estando presentes os representantes de todas as proponentes, proceder-se-á imediata abertura das propostas técnicas sendo as mesmas rubricadas folha a folha, pelas proponentes, na presença da Comissão Permanente de Licitações, que as autenticará com suas rubricas.

5.3.6 – Sessão pública para abertura do Envelope nº 4 será devidamente informada às proponentes.

5.3.7 – Havendo desistência expressa de todas as proponentes em interpor recurso quanto ao resultado da Proposta Técnica e estando presentes os representantes de todas as proponentes, proceder-se-á imediata abertura das propostas de preços sendo as mesmas rubricadas folha a folha, pelas proponentes, na presença da Comissão Permanente de Licitações, que as autenticará com suas rubricas.

5.3.8 – Da reunião para recebimento e abertura dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnica e de Preços, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as proponentes, os documentos e as propostas apresentadas, bem como as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e por todas as proponentes presentes.

5.3.9 – A inversão dos documentos no interior dos envelopes, como por exemplo, a colocação da **Proposta de Preços** no envelope dos **Documentos de Habilitação**, acarretará a exclusão sumária da proponente no certame.

5.3.10 – Todas as folhas de cada uma das vias dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnica e de Preços deverão ser rubricadas e assinadas por um representante legal da empresa.

5.3.11 – Se na primeira etapa da licitação, nenhuma proponente tiver seus Documentos de Habilitação aceitos, ou se na segunda etapa da licitação todas as proponentes forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitações poderá fixar às proponentes o prazo de 8 dias úteis para apresentação de nova documentação, referente à cada etapa, escoimada dos vícios ou irregularidades apontadas, na forma do artigo 48, §3º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6 .0 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – Critério de Julgamento

6.1.1 – A concorrência objeto desta licitação se dará pelo tipo **Técnica e Preço**.

6.1.2 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital e seus anexos; que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis; que indiquem preço igual a zero, simbólicos e/ou irrisórios e ainda, valor global e/ou preço unitário superior ao orçamento referencial.

6.1.3 – A proponente deve examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências citadas neste edital e em seus anexos.

6.1.4 – Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação dos documentos, serão consideradas de responsabilidade exclusiva da proponente.

6.1.5 – Os documentos que não atenderem as exigências estabelecidas neste edital implicarão na desclassificação ou inabilitação da proponente.

6.1.6 – É facultada à Comissão Permanente de Licitações, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar dos envelopes.

6.1.7 – O recebimento das propostas não implica em sua aceitação pela VALEC.

6.1.8 – A VALEC poderá rejeitar toda e qualquer proposta que não atender às condições estabelecidas neste edital, não cabendo às proponentes qualquer direito de exigir, reclamar ou reivindicar indenizações decorrentes da decisão tomada.

6.1.9 – Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitações.

6.1.10 – Desde já, fica estabelecido que não serão consideradas propostas:

- Em desacordo com os documentos de licitação;
- Ilegíveis ou com limitações, omissões, alterações, adições, correções, rasuras ou emendas que representem irregularidades de qualquer natureza;
- Que tenham prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu recebimento;
- Que apresentem preços unitários ou globais igual a zero, simbólicos e/ou irrisórios e ainda, valor global e/ou preço unitário superior ao orçamento referencial.
- Que sejam entregues posteriormente à data estabelecida no item 5.2.1.

6.2 – Análise dos Documentos de Habilitação

6.2.1 – A Comissão Permanente de Licitações analisará a documentação para verificar a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal das proponentes.

6.2.2 – As proponentes serão inabilitadas por falhas existentes na documentação apresentada, e, também, quando deixar de atender qualquer exigência estipulada neste edital.

6.3 – Análise da Proposta Técnica

As propostas técnicas das proponentes serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos. Verificado o

atendimento às referidas condições, proceder-se-á à avaliação da Proposta Técnica, conforme instruções constantes dos *Anexos I e II – Termo de Referência e Indicações Particulares*.

Será atribuída pela Comissão Permanente de Licitações a Nota da Proposta Técnica - NPT, variando de 0 a 100 pontos, observada a seguinte a pontuação:

TÍTULO	NOTA MÁXIMA (pontos)
Conhecimento do Problema	20,00
Plano de Trabalho	30,00
Equipe Técnica de Nível Superior	30,00
Capacidade Técnica da Proponente	20,00
TOTAL (NPT)	100

Serão desclassificadas as propostas técnicas das proponentes que não atingirem a nota mínima de 70 (setenta) pontos, no total, e no mínimo 50% (cinquenta por cento) das notas máximas em cada um dos três quesitos discriminados no quadro acima, e também quando deixar de atender qualquer exigência estipulada neste edital.

6.4 – Análise da Proposta de Preços

6.4.1 – Serão desclassificadas as propostas de preços elaboradas em desacordo com as condições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

6.4.2 – Serão considerados inexecutáveis os preços que apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e à legislação fiscal, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos.

6.4.3 – O preço global máximo estabelecido pela VALEC é aquele descrito no item 2.3.1, deste edital. Os preços unitários máximos são aqueles constantes do *Anexo XI – Orçamento*.

6.4.4 – Serão desclassificadas as propostas de preços cujas quantidades forem diferentes das fixadas no orçamento da VALEC.

6.4.5 – Não será admitida, sob pretexto algum, a introdução de modificações na Proposta de Preços, sob alegação de insuficiência de dados e informações sobre as obras e/ou as condições locais existentes, ou ainda, de qualquer falha na obtenção.

6.4.6 – Com exceção das correções feitas pela Comissão Permanente de Licitações, estritamente na forma estabelecida no item 6.4.7, não serão aceitas propostas de preços contendo borrões, emendas ou rasuras.

6.4.7 – A Comissão Permanente de Licitações examinará as propostas, que atenderem em sua essência aos requisitos do edital, quanto a eventuais erros aritméticos,

corrigindo, exclusivamente, aqueles que se enquadrarem na forma a seguir:

- Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
- Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade por item correspondente: será retificado mantendo-se a quantidade por item e o preço unitário, corrigindo-se o produto;
- Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma.

6.4.8 – O valor total da proposta será ajustado pela Comissão Permanente de Licitações em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor da proposta. Se a proponente não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

6.4.9 – Não será admitido aos licitantes, nas composições de BDI ou de encargos financeiros, a inclusão de alíquotas de impostos que estejam superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

6.4.10 – É vedado a inclusão, nas propostas de preço, dos tributos referentes a CSLL e IRPJ no cálculo de Lucros e Despesas Indiretas – LDI ou na Planilha de Custo Direto, conforme Acórdão nº 462/2010 – TCU).

6.4.11 – Após as correções, a Comissão Permanente de Licitações procederá ao cálculo da Nota da Proposta de Preços - NPP de cada proponente, pela fórmula a seguir:

$$\text{NPP} = 100 (X1/X2)$$

Onde:

NPP – nota da proposta de preços de cada proponente

X1 = $(V0 + MA)/2$, onde V0 é o valor orçado pela VALEC e MA é a média aritmética dos preços apresentados pelas proponentes

X2 – valor da proposta considerada

Observações:

- Para fins de pontuação, o quociente X1/X2 terá seu valor limitado a 1,0.
- As notas assim obtidas devem ser arredondadas até os centésimos de acordo com os critérios da NBR 5891 – ABNT – regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

6.5 – Classificação das Proponentes

6.5.1 – O cálculo da Nota Final - NF das proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorações das propostas técnicas e de preços, da seguinte forma:

$$\text{NF} = (8.NPT + 2.NPP)/10$$

onde:

NF = Nota Final
NPT = Nota da Proposta Técnica
NPP = Nota da Proposta de Preços

6.5.2 – A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior nota final.

6.5.3 – No caso de licitantes com notas finais de igual pontuação que venham a ser classificadas em primeiro lugar a classificação será feita por sorteio público.

7.0 – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

7.1 – Questionamentos e Informações Adicionais

7.1.1 – Qualquer questionamento sobre este edital poderá ser formulado, por escrito, pelas empresas interessadas na licitação, até 15 (quinze) dias corridos antes da data prevista para a abertura do Envelope nº 1 e enviadas para o endereço abaixo, devendo constar a identificação da empresa e forma de contato.

VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Endereço: SBN, Quadra 1, Bloco F, Ed. Palácio da Agricultura, 19º andar – GELIC – Brasília/ DF

Telefones: (061) 2029 6480/6482

Fax: (061) 2029-6483 (de 2ª a 6ª feira – das 8:00 h às 18:00 h)

E-mail: gelic@valec.gov.br

Contato: Cleilson Gadelha Queiroz

7.1.2 – Os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelas proponentes serão respondidos por fax ou por e-mail, diretamente à empresa que realizou o questionamento, e por meio de cadernos de perguntas publicado no site www.valec.gov.br, respondidas sem identificação das licitantes que solicitaram os esclarecimentos.

7.1.3 – Todas e quaisquer informações adicionais divulgadas pela Comissão Permanente de Licitações serão consideradas como documento complementar a este edital de licitação.

7.2 – Recursos Administrativos

7.2.1 – Dos atos decorrentes das decisões da Comissão Permanente de Licitações, caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação, no Diário Oficial da União, do respectivo julgamento, no caso do artigo 109, § 2º de Lei nº. 8.666/93 ou imediatamente após a lavratura da respectiva ata, desde que estejam presentes todos os representantes das empresas participantes no procedimento licitatório.

7.2.2 – Interposto o recurso, será comunicado às demais proponentes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.2.3 – O recurso será dirigido ao presidente da Comissão Permanente de Licitações que poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-lo, devidamente fundamentado, a autoridade superior para ser apreciado e julgado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que o recurso for encaminhado.

7.2.4 – Nenhum prazo de recurso se iniciará, ou correrá, sem que os autos do processo estejam com vista franqueada às proponentes interessadas.

7.2.5 – Os recursos administrativos deverão ser obrigatoriamente encaminhados para o Endereço: SBN, Quadra 1, Bloco F, Ed. Palácio da Agricultura, 19º andar – GELIC – Brasília/ DF.

7.3 – Impugnação ao Edital

7.3.1 – A impugnação dos termos do edital se efetivará em conformidade com o artigo 41 da Lei nº 8.666/93, devendo ser protocolada junto ao presidente da Comissão Permanente de Licitações, nos seguintes prazos:

- Por qualquer cidadão, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura dos envelopes de habilitação;
- Pela licitante, em até 2 (dois) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura dos envelopes de habilitação.

7.3.2 – A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, até a decisão da Comissão Permanente de Licitações.

7.4 – Homologação e Adjudicação

7.4.1 – Após decididos os recursos eventualmente interpostos, o objeto da licitação será adjudicado ao vencedor pela Comissão Permanente de Licitações, e o processo submetido ao presidente da VALEC para fins de expedição do ato de homologação do resultado.

7.4.2. Homologado o procedimento administrativo licitatório, a licitante será convocada para a celebração do contrato.

7.4.3. Não havendo o comparecimento da proponente vencedora no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a VALEC poderá convidar sucessivamente as proponentes que lhe seguirem por ordem de classificação, sem prejuízo de outras medidas que possa tomar em relação à proponente faltosa, conforme artigo 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.0 – CONDIÇÕES CONTRATUAIS

8.1 – Medição e Pagamento

8.1.1 – Os serviços executados serão medidos conforme Norma de Medição e Pagamento vigente (*Anexo III – Normas de Medição e Pagamento*). Os preços serão os constantes da Proposta de Preços aprovada.

8.1.2 – As medições serão processadas mensalmente, em conformidade com o estipulado na Proposta de Preços aprovada.

8.1.3 – A VALEC pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de casos de força maior.

8.1.4 – Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e normas indicadas no edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

8.1.5 – Aprovada a documentação encaminhada, será emitido o atestado de conformidade dos serviços. A VALEC então autorizará a contratada a apresentar a nota fiscal correspondente à medição aprovada, que será encaminhada à superintendência da VALEC competente para a tramitação pertinente.

8.1.6 – Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data do protocolo na VALEC do respectivo documento de cobrança.

8.1.7 – Caso ocorra atraso no pagamento devido, sem que haja culpa da contratada, os valores deverão ser atualizados financeiramente pelo índice de variação do IPCA/IBGE em vigor, desde a data final do vencimento do documento de cobrança até a data do efetivo pagamento.

8.2 – Fiscalização

8.2.1 – Os serviços objeto dessa licitação, quando contratados, serão fiscalizados pela VALEC ou por prepostos, credenciados junto à licitante contratada.

8.2.2 – A fiscalização de que trata esse item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, a ocorrência destes, não implicará em co-responsabilidade da VALEC ou de seus agentes e prepostos (artigos 69 e 70 da Lei n.º 8.666/93).

8.2.3 – A VALEC se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato, normas e especificações.

8.2.4 – A licitante é obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, de acordo com o artigo 69 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

8.2.5 – A licitante vencedora do certame é responsável pelos danos causados diretamente à VALEC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o artigo 70 da Lei nº. 8.666 e suas alterações.

8.2.6 – Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do edital, deverão ser prontamente atendidas pela licitante vencedora do certame, sem ônus para a VALEC.

8.3 – Sanções

8.3.1 – A proponente vencedora que deixar de atender às cláusulas estabelecidas no contrato, assegurado o direito à prévia defesa, ficará sujeita às sanções estabelecidas na Lei nº. 8.666/93, em especial os artigos 86 e 87, a saber:

- a) Advertência
- b) Multa diária de 0,03% sobre o valor total do contrato, corrigido monetariamente, enquanto perdurar a situação de infringência.

8.3.2 – O valor total das multas não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato, corrigido monetariamente, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, aplicação cumulativa de multa prevista no item 8.3.4.

8.3.3 – As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

8.3.4 – Ocorrendo rescisão por motivo imputável à proponente vencedora, arcará esta com uma multa rescisória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo da aplicação das perdas e danos apurados e de outras sanções cabíveis.

8.4 – Rescisão/Resilição

8.4.1 – O contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido, de conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.4.2 – Na hipótese de ocorrer rescisão administrativa, à contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, e §§ 1º ao 4º, do aludido diploma legal, no que couber.

8.4.3 – O não cumprimento pela contratada de quaisquer de suas obrigações trabalhistas previdenciárias e sociais, principalmente o pagamento de seu pessoal nos prazos

devidos, ou a reiterada impontualidade no cumprimento dessas obrigações, ensejará a rescisão do contrato pela contratante.

8.4.4 – O contrato poderá ser resilido a qualquer momento por acordo entre as partes, mediante aviso com 30 (trinta) dias de antecedência, desde que haja conveniência para a VALEC, conforme artigo 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

8.5 – Sub-rogação e Subcontratação

Não será permitida a cessão, sub-rogação ou subcontratação do total ou de parte do objeto licitado.

8.6 – Reajustamento

8.6.1 – Os preços unitários dos serviços objeto do contrato, resultante do presente edital serão reajustados anualmente, a partir da data de apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right)$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado.

V = Valor contratual do serviço.

I₀ = Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas de Consultoria (Supervisão e Projetos) – Coluna 39 – Revista Conjuntura Econômica, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vigente no mês da apresentação da proposta.

I = Índice Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas de Consultoria (Supervisão e Projetos) – Coluna 39 – Revista Conjuntura Econômica, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao mês do reajuste.

8.6.2 – Não se admitirá quaisquer encargos financeiros, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

8.7 – Garantia Contratual

8.7.1 – Na assinatura do contrato, a proponente deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sob a forma de qualquer das modalidades previstas no artigo 56, § 1º da Lei 8.666/93.

8.7.2 – Na hipótese de alteração do valor do contrato, por aditamento ou reajustamento, o valor da garantia deverá ser revisado nas mesmas condições do item 8.8.1 observados os valores efetivamente pagos pela VALEC.

8.7.3 – As garantias prestadas pela proponente vencedora, excetuados os valores descontados nos termos do contrato a ser firmado, serão restituídas ou liberadas pela VALEC, até 10 (dez) dias após o término do prazo contratual.

9.0 – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

9.1 – A simples apresentação de documentação não envolve qualquer compromisso de contratação por parte da VALEC, importando, entretanto, irrestrita e irretratável aceitação das condições de qualificação e dos termos deste edital.

9.2 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

9.3 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

9.4 – As normas que disciplinam esta concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

9.5 – Quaisquer alterações no edital ou nas datas fixadas para a realização das sessões públicas, serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial da União e jornais de grande circulação, na forma do § 4º do artigo 21 da Lei nº. 8.666/93.

9.6 – A prática de quaisquer dos atos aqui previstos não resultará, a qualquer tempo e sob qualquer condição, no direito a ressarcimento ou indenização pelas licitantes.

9.7 – Em todos os casos, será assegurado às proponentes ou terceiros, o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório.

9.8 – Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF.

9.9 – O presente edital e suas exigências técnicas foram elaborados em conformidade com a documentação constante na fase interna do Processo nº 1020/2011, conforme Memorando nº 072-01/2011 – SUCON e 044-02-2011-SUCON, encaminhado pela Superintendência de Construção.

Brasília, 1º de abril de 2011.

Cleilson Gadelha Queiroz
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 OBJETIVO

Este Termo de Referência tem por objetivo fornecer informações às Licitantes para a elaboração de suas propostas, em atendimento ao processo de seleção de empresa de engenharia consultiva para execução dos serviços técnicos especializados de Gerenciamento e Assessoria Técnica do Projeto de Implantação da EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste, no trecho de aproximadamente 1.000 km, no segmento compreendido entre a intercessão da Ferrovia de Integração Centro Oeste com a Ferrovia Norte Sul, à Lucas do Rio Verde, de responsabilidade da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. a serem executados sob o regime de empreitada por preços unitários.

2.0 A VALEC E A FERROVIA DE INTEGRAÇÃO CENTRO-OESTE

A EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste consta do PNV pela Lei 11.297/2006, com um total de 1.630 km de extensão, interligando a Ferrovia Norte Sul (km 307+949,934 da FNS e km 0,000 da FICO), no município de Campinorte/GO, ao Terminal de Vilhena (km 1630,000). Este segmento foi oficializado pela Medida Provisória 427 de 09 de maio de 2008 e, posteriormente, pela Lei 11.772 de 17 de setembro de 2008.

Atualmente, parte da Ferrovia de Integração Centro-Oeste encontra-se em fase de elaboração de Projeto Básico, com os lotes de Projeto e de Obras discriminados nos quadros abaixo:

LOTES DE PROJETO

LOTE	SEGMENTO	EXTENSÃO (KM)
1	Km 0,000 (FICO) = Km 307+949 (FNS) ao Km 385,000 (Polo Água Boa / BR 158)	385,00
2	Km 385,000 (Polo Água Boa / BR 158) ao Km 568,300 (Rio Pacuneiro)	183,30
3	Km 568,300 (Rio Pacuneiro) ao Km 721,300 (Rio Ronuro)	153,00
4	Km 721,300 (Rio Ronuro) ao Km 902,300 (Lucas do Rio Verde / BR - 163)	181,00
5	Km 902,300 (Lucas do Rio Verde / BR - 163) ao Km 1.146,000	243,70
6	Km 1.146,000 ao Km 1388,000	242,00
7	Km 1388,000 ao Km 1630,000	242,00
TOTAL		1.630,00

LOTES DE OBRAS

LOTE	SEGMENTO	EXTENSÃO (KM)
1	Km 0,000 (FICO) = Km 307+949 (FNS) ao Km 77,750 (GO - 154)	77,75
2	Km 77,750 (GO - 154) ao Km 157,470 (Rio Crixás Mirim)	79,72
3	Km 157,470 (Rio Crixás Mirim) ao Km 238,480 (Rio Araguaia)	81,01
3A	Km 238,48 ao Km 241,00 (Ponte do Rio Araguaia) (2,52 Km entre aterros)	1,83
4	Km 241,000 (Rio Araguaia) ao Km 308,430 (Córrego Ribeirão Água Preta)	67,43
5	Km 308,430 (Córrego Ribeirão Água Preta) ao Km 383,300 (Polo Água Boa / BR - 158)	74,87
6	Km 383,300 (Polo Água Boa / BR - 158) ao Km 474,900 (Córrego Canastrão)	91,60
7	Km 474,900 (Córrego Canastrão) ao Km 568,300 (Rio Pacuneiro)	93,40
8	Km 568,300 (Rio Pacuneiro) ao Km 644,400 (Rio Tamitoala)	76,10
9	Km 644,400 (Rio Tamitoala) ao Km 721,300 (Rio Ronuro)	76,90
10	Km 721,300 (Rio Ronuro) ao Km 806,500 (MT - 140)	85,20
11	Km 806,500 (MT - 140) ao Km 902,300 (Lucas do Rio Verde - BR 163)	95,80
12	Km 902,300 (Lucas do Rio Verde - BR 163) ao Km 983,150	80,85
13	Km 983,150 ao Km 1065,350	82,20
14	Km 1065,350 ao Km 1150,350	85,00
15	Km 1150,350 ao 1230,700	80,35
16	Km 1230,700 ao 1313,850	83,15
17	Km 1313,850 ao Km 1393,750	79,90
18	Km 1393,750 ao Km 1474,750	81,00
19	Km 1474,750 ao 1557,000	82,25
20	Km 1557,000 ao Km 1630,000	73,00

OBSERVAÇÃO: Os limites de quilometragem nas divisas dos lotes poderão sofrer variações em função das interferências encontradas.

3.0 ESPECIFICAÇÕES

3.1 A equipe técnica da empresa contratada deverá atender às atribuições determinadas pela contratante, devendo cada profissional vinculado, responder e representar a contratada em todos os seus atos e decisões por ele tomadas, sendo, portanto a contratada responsável por qualquer prejuízo ou dano causado por seus funcionários ou prepostos.

3.2 A contratada obriga-se a manter durante toda a execução dos serviços um engenheiro legalmente habilitado, na qualidade de coordenador-geral, com autoridade bastante para atuar em nome da contratada, a fim de garantir a boa qualidade dos serviços e facilitar o trabalho da VALEC. Este deverá exercer, além da função de Coordenador, as atribuições inerentes ao gerenciamento dos serviços objeto desta licitação.

3.3 A contratada manterá durante todo o prazo de prestação dos serviços, o pessoal que constitui as equipes de trabalho, nas quantidades autorizadas e aprovadas pela VALEC, bem como os equipamentos indispensáveis à execução dos serviços dentro dos padrões técnicos normalmente exigidos em serviços dessa natureza.

3.4 A VALEC reserva-se o direito de pedir o afastamento imediato de qualquer componente da equipe da contratada que, a seu critério, seja prejudicial ao bom andamento dos serviços.

3.5 Será considerada falta grave, sujeita às penalidades cabíveis, a contratada dificultar a fiscalização/coordenação dos trabalhos pela VALEC, bem como não efetuar, no caso de alguma infringência ao contrato, o registro no livro de ocorrências, ou fazê-lo de maneira incorreta, deixar de visar os registros efetuados pela consultora e/ou VALEC.

3.6 A contratada obriga-se a requerer junto ao CREA a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços, apresentando cópia à VALEC.

3.7 É vedada a utilização de profissionais de qualquer natureza na qualidade de autônomo, exceto nos casos de assessores consultores, previamente indicados, ou outros autônomos utilizados para prestar serviços especializados e com a prévia autorização da contratante.

3.8 A empresa deverá manter os equipamentos de informática em consonância com o estabelecido nas Planilhas de Preços Unitários.

3.9 O resultado da produção intelectual decorrente da execução do contrato, será de propriedade da VALEC, devendo ser disponibilizada pela contratada, uma vez concluídos os serviços, em forma impressa e/ou armazenada em mídia eletrônica ou magnética.

3.10 A contratada, deverá manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a fiscalização da VALEC, as supervisoras, as construtoras e a opinião pública em geral.

4.0 ESCOPO DOS SERVIÇOS

4.1 Introdução

São dadas a seguir as diretrizes gerais quanto ao gerenciamento e assessoria técnica do projeto de implantação da ferrovia Centro-Oeste, assim como, dos recursos básicos

necessários, que deverão ser detalhados pelas empresas em suas propostas técnicas, de acordo com os tópicos a seguir.

4.2 Gerenciamento do Projeto:

Um Projeto desta magnitude dependerá, fundamentalmente, de um gerenciamento de todo o empreendimento que detenha o conjunto de conhecimentos que envolvam a incessante busca para obtenção de resultados altamente representativos para a economia do país.

O planejamento das fases do trabalho de gerenciamento da implantação da Ferrovia de Integração Centro – Oeste será realizado através de empresa especializada com comprovada competência que possa agregar o pleno aproveitamento dos estudos de demanda com os planos, programas, processos de monitoramento, de acompanhamento, de organização e de controle efetivamente ligados aos Projetos e as Obras da Engenharia Ferroviária, com todas as nuances que envolvam a qualidade da produção dos mesmos, com a determinação de balizadores de produtividade e também de custos, de tal forma que tornem o trabalho a ser desenvolvido uma retaguarda para a VALEC, permitindo ações imediatas da estatal sobre quaisquer resultados de fases específicas do empreendimento, posto a existência de subsídios obtidos com eficácia e segurança.

Daí a importância do desenvolvimento inicial pela gerenciadora do projeto, da Metodologia a ser utilizada, bem como de um Plano de Ação, com as suas respectivas fases de implantação, devendo ser enfatizado que o Plano é parte de um estudo do Planejamento e do Controle da Implantação da Ferrovia de Integração Centro – Oeste.

4.3 Metodologia

✓ Com os 12 (doze) lotes iniciais de construção, incluindo-se, nestes, o lote 3A, que diz respeito à Ponte sobre o Rio Araguaia, com 1,83 km de extensão (2,520 km entre aterros de cabeceiras), onde, além das Construtoras, tem-se as empresas de Supervisão, atuando em cada lote, fornecendo o suporte técnico e de administração em todos os níveis, e logístico (materiais, equipamentos, de locomoção e transporte), de tal forma que se torne consistente e eficiente a operação de cada segmento da obra, necessário se fará a coordenação geral do empreendimento considerado no seu todo, e no seu aspecto mais relevante, isto é, todos os procedimentos que constituem a formação dos elementos de gestão da VALEC, que contribuirão para tomadas de decisão, tanto no que diz respeito aos lotes de construção analisados isoladamente quanto no conjunto que mostra o próprio desenvolvimento do que se tornará uma parcela significativa da contribuição do transporte ferroviário para a economia do país;

✓ Com estas considerações, propõe-se uma estrutura de gerenciamento composta, basicamente, de:

- Um Núcleo Central, localizado onde a VALEC determinar (a sede da empresa gerenciadora; a sede da VALEC, etc), de tal forma que configure um centro catalisador e irradiador de elementos e soluções, de propostas e projetos (no seu sentido mais amplo), de um absoluto controle de informações que representem, para a VALEC, a

garantia da segurança de formulações produzidas de maneira eficaz, balizadas na otimização e racionalização de sistemas de trabalho, na qualidade do produto obtido, e, em consequência, na obtenção de um acervo considerável de custos de serviços, de trabalhos com máquinas e equipamentos, administrativos, etc;

✓ Para cada 2 (dois) ou 3 (três) lotes de construção, um Subnúcleo de Campo será constituído, sistemicamente ligado e subordinado ao Núcleo Central, formando escritórios avançados que terão a incumbência precípua de promover a homogeneização dos métodos e processos de planejamento, programação, controle e monitoramento da implantação do conjunto das obras e dos trabalhos de Supervisão realizados, de forma tal que se tenha um empreendimento totalmente desenvolvido sob a mesma concepção de gestão, técnica e financeira;

✓ Vale enfatizar que o gerenciamento, quando executado com a eficiência que se espera, representa a própria gestão da empresa contratante, sem o poder de decisão da mesma;

✓ Os escritórios do Núcleo Central e Subnúcleos de Campo terão a estrutura necessária à boa produção dos trabalhos a serem desenvolvidos, tanto em mão-de-obra qualificada e auxiliar, quanto na logística (materiais, equipamentos, veículos, etc).

4.4 Plano de Ação

O Plano de Ação, na verdade, deve iniciar-se com um intenso trabalho de pesquisa, que gerará uma significativa quantidade de informações a serem processadas, para que se tenha conhecimento real dos procedimentos usuais da movimentação e acompanhamento das Obras.

A Gerenciadora deve estimular o trabalho da Supervisora para que não haja desperdício financeiro no resultado dos Projetos, de tal forma que as soluções de Projetos tornem-se as soluções de Obras, e não o contrário, pois se assim não for, certamente ter-se-ão soluções inexequíveis de implementação, determinadas por Projetos que fogem à realidade, fato que observar-se-á quando da execução das Obras.

Portanto, a Gerenciadora funcionará num plano em que todo o conjunto macro é trabalhado de maneira a permitir que seus elementos se interliguem de forma a que, com funções estritamente definidas, tornem-se homogêneos, permitindo o sucesso do Projeto.

A antevisão dos problemas será a chave para um trabalho seqüencial, pois a descoberta e o conhecimento prévios permitirão a busca de soluções estudadas e viáveis para que se obtenha um Projeto harmonioso.

A Gerenciadora gerará Cadernos de Encargos que formalizarão a preparação de toda a documentação básica necessária ao acompanhamento do empreendimento, como, por exemplo, cronogramas físicos e financeiros, diagramas, gráficos, produção de ordem técnica, orçamentária, de custos, etc, como também estudos que possam redirecionar, se necessário, o padrão construtivo, em função de perspectivas de outras demandas; para

isto, permanentemente, o relacionamento entre VALEC e Gerenciadora será de ativo interesse para o bem comum.

Relatórios mensais (obrigatórios) e parciais (quando necessários) serão gerados como documentos que configurarão o resultado do Contrato; porém não haverá limitação quanto a produção técnica do trabalho de gerenciamento, com ações, medidas e proposições que, permanentemente mostrem um completo controle sobre o desenvolvimento das obras, sejam institucionais, de produção, ou de conteúdo econômico - financeiro.

4.5 Dimensionamento da Estrutura de Gerenciamento

Considerando a existência de 12 (doze) lotes de construção nesta primeira fase, estima-se um número de, pelo menos, 04 (quatro) Subnúcleos de Campo, com 01 (um) Núcleo Central de Gerenciamento. Vale lembrar que esta fase possui a extensão aproximada de 1.000 km, portanto, em média, cada Subnúcleo teria, sob seu controle de gestão física, normativa e financeira, 250 km.

A princípio, enfatize-se, torna-se imprescindível para o desenvolvimento do trabalho de Gerenciamento, a implementação dos Subnúcleos de Campo. A não existência desta estrutura significará a distância entre o Núcleo Central de Gerenciamento (que representa a Gestão da VALEC em todo o empreendimento) e os Lotes de obra, sua Supervisão, e a Fiscalização da própria VALEC, gerando com isto uma atividade, para o Núcleo Central de Gerenciamento, de simples administrador de resultados, preparando Relatórios com dados obtidos através de coleta junto à Supervisão / Fiscalização, repassando-os para a organização formal da VALEC (Gestão de Contratos / Superintendências, etc), sem que um efetivo, participativo, e, principalmente, extremamente competente trabalho de Gerenciamento seja realizado, que possa deixar, certamente, para o acervo da empresa, uma memória de dados e, sobretudo, de ações tomadas, que possam constituir um histórico da evolução da própria empresa em todos os seus aspectos, sejam técnicos, operacionais, de planejamento, de controle, de custos, econômico – financeiros, de organização da sua inserção como parte integrante da economia do país, etc; isto é, todo um resultado empresarial obtido através de um eficiente trabalho de Gerenciamento.

Dá a importância dos Subnúcleos de Campo no contexto da estrutura proposta, posto que implementarão, diretamente no Campo, a política de trabalho previamente elaborada, funcionando como uma Gestão avançada junto à Execução, Supervisão e Fiscalização do empreendimento, subsidiando o Núcleo Central com informações precisas, trabalhadas, e já analisadas para que este órgão cumpra seu relevante papel de analista e proponente de formulações gerenciais à alta administração da VALEC.

Para isto, uma estrutura de pessoal bastante qualificada deverá ser formada, buscando-se profissionais com histórico que, por sua comprovada experiência em trabalhos dessa grandeza, mereçam figurar na constituição das equipes, tanto do NCG quanto dos SNC, em função dos seus perfis profissionais e pessoais, assim como, juntando-se a estes, outros, mais jovens, com formação ainda não neste nível, porém que deverão desenvolver tarefas que, além de contribuir eficazmente na formulação do trabalho em

si, terão sua vida profissional aprimorada para levar a efeito a necessária continuação e renovação das atividades de consultoria de engenharia, sobretudo voltada ao gerenciamento da implantação de projetos.

Da mesma forma, quadros técnicos, administrativos e auxiliares comporão a equipe, fornecendo o necessário suporte que permitirá a operacionalização de levantamentos, trabalhos de campo e escritório, etc, enfim, um conjunto de serviços de efetiva importância e necessários à consecução dos objetivos traçados.

4.6 Planejamento e Controle

Caberá à contratada, no nível tático-operacional do gerenciamento, o detalhamento do Programa de Implementação do Projeto de Implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste a ser estabelecido junto a VALEC.

Com base neste Programa de Implementação, deverá ser elaborado um plano gerencial que definira as diretrizes de implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, respeitada a orientação de nível estratégico da VALEC.

Por reunir documentos fundamentais ao pleno desenvolvimento da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, o Plano Gerencial constitui-se em elemento chave de coordenação geral, servindo de fonte de consulta ao longo de toda a execução dos trabalhos.

Assim sendo, o Plano Gerencial, deverá ser atualizado mensalmente, de modo a incorporar eventuais acréscimos, alterações e/ou adequações decorrentes da própria evolução da Implantação da Ferrovia de Integração Oeste Leste ou que a prática assim o recomende.

Para atualização do Plano Gerencial deverá ser considerada a alocação de pessoal com visão de conjunto em empreendimentos multidisciplinares, adquirida através do exercício de funções de direção ou responsabilidade relevante nos mesmos.

O Plano Gerencial deve conter mecanismos de controle de prazos, custos e qualidade.

Com base neste Plano Gerencial, é detalhada a programação das atividades de implementação, utilizando ferramental que permite discernir prazos, dependências e tarefas críticas.

Esta programação, deverá propiciar os ajustes necessários dos cronogramas financeiros utilizando o ferramental de informática mais adequado ao caso, em atualizações mensais.

4.7 Acompanhamento

Estas atividades deverão ser desenvolvidas através de uma sistemática de acompanhamento capaz de assegurar adequados controles físico e financeiro sobre o andamento do Projeto de Implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

Os procedimentos deverão ensejar a antevisão de problemas emergentes em tempo hábil e proporcionar alternativas de solução que busquem a manutenção das metas cronológicas e financeiras previamente estabelecidas.

Destacam-se como principais atividades:

- ✓ Compatibilização, processamento e difusão dos dados e informações coletadas pelas equipes de supervisão/fiscalização técnica;
- ✓ Acompanhamento detalhado e de conjunto, do desenvolvimento físico-financeiro da Implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e de todos os seus Projetos Executivos, de forma a atender as demandas das entidades externas, de interesse do Projeto de Implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, tais como as agências de financiamento, convênios e órgãos governamentais, dentre outros;
- ✓ Elaboração de relatórios analíticos de situação, sempre ensejando respostas tempestivas dos setores executivos do gerenciamento, no sentido de corrigir eventuais desvios em relação ao programado, bem como proporcionar uma maior eficiência administrativa, assegurando o pleno entrosamento das unidades envolvidas;
- ✓ Gerenciamento do projeto de implantação como um todo;
- ✓ Assessoramento técnico quanto a adequação, bem como nas revisões de projetos em fase de obra;
- ✓ Gerenciamento da qualidade dos serviços de construção e supervisão de campo, inclusive obediência ao projeto de engenharia;
- ✓ Assessoramento técnico quanto à obediência aos dispositivos contratuais, inclusive os da proposta de preços;
- ✓ Verificação do cumprimento dos prazos e metas contratuais ou aquelas estabelecidas pela Fiscalização;
- ✓ Gerenciamento das interfaces das estruturas intervenientes na execução dos contratos;
- ✓ As atividades de planejamento, acompanhamento e controle deverão contar com um amplo e confiável sistema computadorizado de informações gerenciais e operacionais, conforme a seguir descrito, compatibilizado com o Plano Gerencial, que permita, a qualquer tempo, uma visão detalhada ou de conjunto do Programa.

4.8 Implantação de Sistema de Informações Gerenciais e Operacionais

Caberá à contratada, a tarefa de implantar, treinar e dar apoio à operação de um sistema informatizado de controle financeiro, em desenvolvimento pela VALEC, capaz de

assegurar as programações de pagamentos a realizar e, as previsões de pagamento futuras.

O sistema de informação permitirá a qualquer tempo, pela contratada, bem, como aos agentes internos e/ou externos autorizados pela VALEC, uma visão detalhada ou de conjunto do Projeto de Implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, em relação aos custos e ao desempenho financeiro do Programa.

O sistema possibilitará a interação com outros softwares porventura existentes na VALEC, por exemplo, importando os dados e exportando-os para outros ambientes, como editores de texto ou planilhas eletrônicas.

A contratada deverá manter atualizados e operacionais nos escritórios da VALEC, uma rede de microcomputadores, devendo a localização destes terminais ser indicada pela VALEC.

4.5 Apoio à Engenharia

A contratada, nesta função, deverá estabelecer um método de trabalho que contemple a integração com o quadro técnico correspondente da VALEC, de modo que os serviços sejam desenvolvidos com a necessária adequação aos interesses da VALEC, com o aproveitamento do conhecimento tecnológico adquirido e experiência da contratante nesta área.

4.9 Gestão de Contratos

Cabe à contratada a responsabilidade pelo acompanhamento do contrato, de forma a compatibilizar o ritmo do contrato com as metas estabelecidas e com a realidade orçamentária e financeira do Projeto de Implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste.

4.10 Considerações Gerais

Além das atividades descritas anteriormente, cabe ainda ressaltar, sem a isso se limitar, o seguinte:

4.10.1 – Dar apoio na definição de soluções técnicas para problemas normais ocorrentes em obras e daqueles específicos já previstos ou estimados em projeto de engenharia ou no edital de obras.

4.10.2 – Propor, mediante envio de correspondência à Superintendência de Construção e à Superintendência de Planejamento, medidas pertinentes aos serviços que estejam sendo executados em desacordo com o projeto e/ou as especificações técnicas, bem como as demais ocorrências capazes de interferir com o transcorrer normal da obra ou gerar situações de conflito com seus empregados.

4.10.3 – Assessorar tecnicamente a VALEC, quando solicitada, com relação a qualquer assunto que envolva modificações de contrato, suspensão parcial ou total de serviços,

execução de serviços não previstos no contrato, modificações de preços unitários, elaborações de preços de novos serviços e adequações das normas vigentes, tendo em vista a repercussão destes assuntos nos custos e prazos contratuais.

4.10.4 – Efetuar e manter atualizado o controle físico-financeiro do empreendimento (construção, supervisão e demais contratos), possibilitando à VALEC conhecer tempestivamente e a cada momento, a situação dos trabalhos no seu desenvolvimento temporal, quantitativo e financeiro, assegurando-lhe as necessárias condições de decidir, em tempo hábil, as medidas para prevenir e remediar desvios indesejáveis.

4.10.5 – Efetuar a cada mês a previsão do andamento físico-financeiro esperado para os meses seguintes, comparando-o com a previsão de recursos e o valor contratual, alertando a VALEC sobre possíveis incompatibilidades a este respeito, incluindo modelos que atendam as demandas da VALEC.

4.10.6 – Verificar o cumprimento geral das condições contratuais pelas intervenientes e alertar a VALEC sobre eventuais desconformidades.

5.0 OUTRAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A contratada deverá manter os equipamentos de informática em consonância com solicitado nas ordens de serviço emitidas pela VALEC.

5.2 O resultado da produção intelectual decorrente da execução do contrato, será de propriedade da VALEC, devendo ser disponibilizada pela contratada, uma vez concluídos os serviços, em forma impressa e/ou armazenada em mídia eletrônica ou magnética.

5.3 A contratada, deverá manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a fiscalização da VALEC, as supervisoras, as construtoras e a opinião pública em geral.

6.0 LOGÍSTICA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada é responsável por prover todos os meios necessários à execução dos serviços, aqui definidos, bem como os demais solicitados através de ordens de serviço.

7.0 ATRIBUIÇÕES DA VALEC

7.1 A VALEC exercerá ampla fiscalização durante a execução dos serviços, devendo a mesma ter acesso às instalações da contratada a qualquer tempo. Caberá ainda à Contratada fornecer os relatórios e documentos pertinentes aos serviços previstos neste Edital e que lhe forem solicitados pela contratante.

7.2 A VALEC se obriga a disponibilizar fornecer à Contratada, todos os elementos e dados necessários a execução dos serviços, referentes a execução do empreendimento.

7.3 Visando garantir que o processo de gerenciamento pela Contratada se faça segundo os critérios aqui resumidos, a VALEC exercerá as funções de:

- a) Coordenação e fiscalização dos serviços de implantação de todo o empreendimento.
- b) Coordenação e fiscalização dos serviços de supervisão de todo o empreendimento.
- c) Coordenação e fiscalização de todos os demais serviços e interfaces que afetem direta ou indiretamente o empreendimento.

A contratada disponibilizara profissionais capacitados a assessorar tecnicamente a VALEC nas atribuições acima definidas, sempre que solicitada.

8.0 ESTRUTURA DA EQUIPE DA CONTRATADA

8.1 As atividades de gerenciamento e assessoria técnica deverão ser realizadas por engenheiros, outros profissionais de nível superior e de técnicos de nível médio da equipe da contratada.

Toda a infra-estrutura fixa de apoio à equipe da contratada, incluindo mobiliário, telefone, fax, micro computador e material de consumo, ficará a cargo da contratada e seu custo deverá estar na composição do preço proposto.

8.2 No quadro abaixo são apresentados os profissionais a serem disponibilizados.

FUNÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE
Pessoal de Nível Superior		
Consultor	C	2
Coordenador Central	P0	1
Coordenador Subnúcleo	P1	4
Profissional Sênior	P2	10
Profissional Pleno	P3	10
Profissional Júnior	P4	10
Pessoal de Nível Técnico e Auxiliar		
Sênior	T0	15
Pleno	T1	05
Auxiliar Técnico	T2	10
Pessoal de Apoio Administrativo		
Sênior	A0	10
Pleno	A1	5
Motorista	A2	19
Auxiliar de Serviços Gerais	A3	10
TOTAL		111

8.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Microcomputador Dual Core 2 GB, HD 500 GB, DVD-RW (Desk Top) ou equivalente	74
Notebooks Dual Core 2 GB, HD 250 GB, DVD-RW, 14,1" ou equivalente	8
Software Office	82
Software Auto cad	15
Software Auto cad Civil 3D	20
Câmera Fotográfica com câmera digital integrada 12 mega pixels	5
Telefone celular	5
Rádio de comunicação	20
Impressoras Jato de Tinta A4, 4800x1200 DPI	25
Impressoras Laser de Tinta A3 35 PPM, 600DPI	5
GPS Manual	5

8.4 VEÍCULOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Veículo sedan, mínimo 1000 cilindradas, com direção hidráulica e ar condicionado	10
Veículo tipo picape 4x4, mínimo 2500 cilindradas, direção hidráulica e ar condicionado	9

8.4 Qualificação da Equipe Proposta

8.4.1 – Pessoal de Nível Superior

Consultor (C) - profissional mobilizado quando da necessidade, por tempo definido, especificada sua qualificação por ocasião da autorização da VALEC.

Engenheiro Coordenador Central (P0) - engenheiro do quadro permanente da empresa, com 15 (quinze) ou mais anos de formado, com experiência em gerenciamento ou coordenação de projetos ou assessoria ou acompanhamento de serviços de construção em obras ou programas de infra - estrutura de transportes (ferrovia e/ou rodovia).

Engenheiro Coordenador Subnúcleo (P1) - engenheiro do quadro permanente das empresas, com 10 (dez) ou mais anos de formado, com experiência em gerenciamento ou coordenação de projetos ou assessoria ou acompanhamento de serviços de construção em obras ou programas de infraestrutura de transporte (ferrovia e/ou

rodovia)

Profissional Sênior (P2) - profissional de nível superior com 08 (oito) ou mais anos de formado, nas seguintes áreas: Engenharia, Administração, Economia, Direito, Arquitetura, Ciências Contábeis, Sociologia, Geologia, Arqueologia, Geotécnica, Biologia, Ciência da Computação, Comunicação Social, Secretária Executiva, Matemática, Tecnólogo, Desenhista Industrial e Estatística, com a qualidade e a capacidade de atender a exigência demandada neste edital.

Profissional Pleno (P3) - profissional de nível superior com 3 (três) ou mais anos de formado, nas seguintes áreas: Engenharia, Administração, Economia, Direito, Arquitetura, Ciências Contábeis, Sociologia, Geologia, Arqueologia, Geotécnica, Biologia, Ciência da Computação, Comunicação Social, Secretária Executiva, Matemático, Tecnólogo, Desenhista Industrial e Estatístico, com a qualidade e a capacidade de atender a exigência demandada neste edital.

Profissional Júnior (P4) - profissional de nível superior com 1 (um) ou mais anos de formado, nas seguintes áreas: Engenharia, Administração, Economia, Direito, Arquitetura, Ciências Contábeis, Sociologia, Geologia, Arqueologia, Geotécnica, Biologia, Ciência da Computação, Comunicação Social, Secretária Executiva, Matemático, Tecnólogo Desenhista Industrial e Estatístico, com a qualidade e a capacidade de atender a exigência demandada neste edital.

8.4.2 Equipe Técnica Auxiliar e Administrativa

Deverá ser constituída por profissionais com experiência compatível com as funções e responsabilidades e com as rotinas administrativas vigentes na VALEC.

9.0 PRAZO

O prazo de vigência contratual será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado, a critério da VALEC, nos termos do artigo 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, contado a partir da data de assinatura do contrato.

ANEXO II INDICAÇÕES PARTICULARES

1.0 DA PROPOSTA TÉCNICA

1.1 Conhecimento do Problema

A proponente deverá demonstrar que tem pleno conhecimento dos trabalhos a que concorre, devendo apresentar dados específicos do trecho (situação atual, problemas que venham afetar o andamento das obras, trecho a serem sub-concedidos etc.), vinculando-se sempre ao escopo do *Anexo I – Termo de Referência*.

A exposição do Conhecimento do Problema deverá ser efetuada em, no máximo, **25 (vinte e cinco)** páginas. Caso seja ultrapassada a quantidade máxima de páginas indicadas, aquelas últimas que ultrapassarem este limite serão completamente desprezadas, independentemente do reflexo que venha a causar na análise da Proposta Técnica.

1.1.1 Critérios de Pontuação

TEMAS A SEREM ABORDADOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Situação Atual do Trecho	12,0
Análise Geral dos Serviços	8,0
TOTAL	20,0

Não abordado / Erroneamente abordado: O texto não aborda o tema indicado e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas – 0,0 (zero).

Abordado de forma Insuficiente: Texto e informações incompletas; tópicos do problema / objeto não abordado; conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado – 60% (sessenta por cento) do quesito.

Corretamente Abordado: Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas – 100% (cem por cento) do quesito.

1.2 Plano de Trabalho

Deverá ser decorrente dos objetivos do presente edital e conforme escopo de trabalho constante do *Anexo I - Termos de Referência*.

Deverá abordar, de forma clara e justificada, os seguintes pontos básicos:

Descrição da Metodologia - relacionar e indicar as atividades que serão desenvolvidas e indicar, de forma detalhada, para cada uma das atividades a serem executadas, a metodologia a ser adotada, a seqüência metodológica e os produtos a serem apresentados, tudo na mais estreita coerência com o Conhecimento do Problema apresentado. As etapas da metodologia proposta deverão ser sintetizadas através de fluxograma específico, envolvendo todos os procedimentos previstos. Pontos de controle deverão ser definidos a fim de que a VALEC possa exercer pleno acompanhamento dos serviços.

Descrição da Estrutura Organizacional - com base no Conhecimento do Problema e na metodologia proposta para execução dos serviços, descrever a forma como pretende organizar-se para executar os serviços (recursos humanos e materiais), especificando as áreas de atuação dos profissionais integrantes da equipe técnica-administrativa que será disponibilizada, com apresentação de organograma, discriminando as atribuições dos vários setores.

Nesta parte, a proponente deverá expor o seu Plano de Trabalho, em no máximo **30 (trinta)** páginas. Caso seja ultrapassada a quantidade máxima de páginas indicadas, aquelas últimas que ultrapassarem este limite serão completamente desprezadas, independentemente do reflexo que venha a causar na análise da Proposta Técnica.

1.2.1 Critérios de Pontuação

A pontuação a ser efetivamente atribuída decorrerá do confronto entre os textos correspondentes apresentados pelas Licitantes, considerando na apreciação a coerência e adequação com os objetivos e o escopo desta licitação.

Na atribuição de notas relativas ao Plano de Trabalho serão observados os seguintes critérios:

TEMAS A SEREM ABORDADOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Descrição da Metodologia	15,00
Fluxograma	4,0
Descrição da Estrutura Organizacional	8,0
Organograma	3,0
TOTAL	30,0

Não abordado / Erroneamente abordado: O texto não aborda o tema indicado e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas – 0,0 (zero).

Abordado de forma Insuficiente: Texto e informações incompletas; tópicos objeto não abordado; conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado – 60% (sessenta por cento) do quesito.

Corretamente Abordado: Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas – 100% (cem por cento) do quesito.

1.3 Equipe Técnica de Nível Superior

Na análise da equipe técnica, além do estipulado no edital deverão ser considerados os tópicos abordados a seguir.

1.3.1 Critérios de Avaliação

A proponente deverá indicar os seguintes técnicos para efeito de avaliação e pontuação de sua Proposta Técnica:

- Engenheiro Coordenador Central (P0)
- Engenheiro Coordenador Subnúcleo (P0)
- Engenheiros Sêniores (P1) – 5 profissionais

Serão atribuídas notas para a equipe técnica de nível superior abaixo descrita, de acordo com a tabela e as condições que se seguem:

CATEGORIA	NÍVEL FUNCIONAL	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Eng. Coordenador Central - 1 (um) Profissional	P0	14,0
Eng. Coordenador Subnúcleo - 1 (um) Profissional	P0	6,0
Demais Profissionais Pontuáveis - 5 (cinco) profissionais sendo 2,0 (dois) pontos por profissional	P1	10,0
TOTAL		30,0

Na avaliação da equipe técnica de nível superior, para a atribuição das notas estabelecidas, será considerada a experiência profissional de cada engenheiro e o tempo de formado, observado o seguinte:

a) Engenheiro Coordenador-Central (Máximo 14,0 pontos)

Tempo de Formado: Valor Máximo = 8,0 (oito) pontos

O tempo mínimo de formado de 15 (quinze) anos corresponderá a 7,0 (sete) pontos, mais 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos por ano adicional, até o limite de 1,0 (um) ponto.

A comprovação será feita mediante a apresentação do diploma ou da Certidão de Registro do profissional no CREA.

Experiência na Função: Valor Máximo = 6,0 (seis) pontos

A experiência em gerenciamento e/ou coordenação e/ou acompanhamento e/ou assessoria em obras e/ou programas de engenharia de infra – estrutura de transportes (ferrovia ou rodovia) corresponderá a 2 (dois) pontos por atestado até o máximo de 6 (seis) pontos. A experiência do Coordenador-Central será comprovada através de atestados ou certidões, devidamente averbados pelo CREA.

O Engenheiro Coordenador-Central deverá, obrigatoriamente, pertencer ao quadro permanente da proponente, sendo sua vinculação comprovada.

b) Engenheiro Coordenador de Subnúcleo (Máximo 6,0 pontos)

Tempo de Formado: Valor Máximo = 3,0 (três) pontos

Tempo mínimo de formado de 10 (dez) anos que corresponderá a 2,0 (dois) pontos, mais 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos por ano adicional até o limite de 1,0 (um) ponto.

A comprovação será feita mediante a apresentação do diploma ou da Certidão de Registro do profissional no CREA.

Experiência na Função: Valor Máximo = 3,0 (três) pontos

Experiência em gerenciamento e/ou coordenação, e/ou acompanhamento e/ou assessoria em obras e/ou programas de engenharia de infra-estrutura de transportes (ferrovia ou rodovia).

A experiência será comprovada pela apresentação de pelo menos um atestado ou certidão, devidamente averbado pelo CREA - 3 (três) pontos por atestado.

O Engenheiro Coordenador de Subnúcleo deverá, obrigatoriamente, pertencer ao quadro permanente da Proponente, sendo sua vinculação comprovada.

c) Demais Profissionais Pontuáveis – Engenheiro sênior (Máximo 2,0 pontos)

Tempo de Formado: Valor Máximo = 1,0 (um) ponto/cada engenheiro

Tempo mínimo de formado de 8 (oito) anos que corresponderá a 1 (um) ponto/cada engenheiro.

A comprovação será feita mediante a apresentação do diploma ou da Certidão de Registro do profissional no CREA.

Experiência na Função: Valor Máximo = 1,0 (um) ponto/cada profissional

Experiência em gerenciamento, e/ou coordenação, e/ou acompanhamento e/ou assessoria de obras de infra-estrutura de transportes (ferrovia ou rodovia).

A experiência será comprovada pela apresentação e análise do currículo.

Observações aplicáveis às alíneas "a", "b" e "c" acima.

Tempo de Formado: quando o profissional não tiver o tempo de formado exigido neste

edital, será descontado 1 (um) ponto por ano a menor, até o limite de zerar a pontuação correspondente.

Para cada profissional indicado para pontuação, deverá ser anexada a correspondente Certidão de Registro no CREA. Caso a Certidão de Registro no CREA de algum profissional não for apresentada, será atribuída ao mesmo, nota 0,0 (zero).

1.4 Capacidade Técnica da Proponente

As licitantes deverão comprovar a sua experiência por meio da apresentação de Atestados ou Certidões de Capacidade expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA.

1.4.1 Critérios de Pontuação

No julgamento da Capacidade Técnica da Proponente, será atribuída pontuação de no máximo 20 (vinte) pontos, às empresas que comprovarem sua experiência através de certidões e/ou atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA, obtida pela soma de pontos de acordo com o quadro abaixo:

CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE		
Descrição	Pontuação	Pontuação Máxima
Gerenciamento e/ou Assessoria e/ou Acompanhamento e/ou Coordenação de Obras ou Estudos ou Elaboração de Projetos na Área de Transportes Terrestres (ferroviário ou rodoviário).	5,0 pontos/atestado e/ou certidão	20,0
TOTAL		20,0

OBSERVAÇÃO: Os atestados exigidos no quadro acima deverão ser relativos a contratos distintos.

Para a comprovação exigida no item 1.4.1, as proponentes deverão apresentar apenas certidões e atestados pertinentes, evitando a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

Os atestados ou certidões citados no item 1.4.1 deverão ser fornecidos pelos respectivos proprietários dos serviços.

1.5 Nota Final da Proposta Técnica

1.5.1 – A distribuição da pontuação deverá atender ao disposto na Planilha Referencial apresentada a seguir:

PLANILHA REFERENCIAL			
ASPECTOS/ATIVIDADES	NÃO APRESENTADO	INSUFICIENTE	ADEQUADO AO EXIGIDO
1. CONHECIMENTO DO PROBLEMA			
Situação Atual do Trecho	0,0	7,2	12,0
Análise Geral dos Serviços	0,0	4,8	8,0
2. PLANO DE TRABALHO			
Descrição da Metodologia	0,0	7,5	15,0
Fluxograma	0,0	2,0	4,0
Descrição da Estrutura	0,0	4,0	8,0
Organograma	0,0	1,5	3,0
3. EQUIPE TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR			
Engenheiro Coordenador Central			
Tempo de Formado	-	-	8,0
Experiência na Função	-	-	6,0
Engenheiro Coordenador de Subnúcleo			
Tempo de Formado	-	-	3,0
Experiência na Função	-	-	3,0
Demais Profissionais Pontuáveis(5) – para cada profissional			
Tempo de Formado	-	-	1,0
Experiência na Função	-	-	1,0
4. CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE			
Gerenciamento e/ou Assessoria e/ou Acompanhamento e/ou Coordenação de Obras ou Estudos ou Elaboração de Projetos na Área de Transportes terrestres (ferroviário ou rodoviário)	-	-	20,0

1.5.2 – A nota final da Proposta Técnica (NPT) será o somatório resultante das notas atribuídas aos itens:

- Conhecimento do Problema
- Plano de Trabalho
- Equipe Técnica de Nível Superior
- Capacidade Técnica da Proponente

Na análise da Proposta Técnica será considerado, além de sua parte descritiva e proposições técnicas, o correto preenchimento dos quadros e modelos que a integram. O

não preenchimento pela proponente de qualquer campo indicado em qualquer quadro ou modelo poderá, a critério da Comissão Permanente de Licitações, conduzir à redução substancial de sua nota e, até mesmo, a desclassificação de sua Proposta Técnica.

2.0 DA PROPOSTA DE PREÇOS

2.1 Preenchimento dos Quadros da Proposta

Na Proposta de Preços deverão ser apresentados os quadros relacionados a seguir:

- ✓ *Demonstrativo da Composição do Preço Orçado – Anexo X A*
- ✓ *Pessoal e Salários da Equipe – Anexo X B*
- ✓ *Equipamentos de Informática – Anexo X C*
- ✓ *Veículos – Anexo X D*
- ✓ *Despesas Diversas – Anexo X E*

2.2 Taxas Incidentes

2.2.1 – Encargos Sociais

Deverá ser apresentado o demonstrativo do percentual de encargos sociais adotado. Esta taxa incidirá somente sobre as despesas de salários para cada serviço.

2.2.2 – Custos Administrativos (Overhead)

Deverá ser indicada, diretamente no **Anexo V A**, a taxa adotada para cobrir as despesas indiretas incorridas para a realização dos trabalhos, tais como: tempo profissional do(s) diretor(es); serviços de documentalista especializado; contatos com repartições associadas ao projeto; trabalhos especializados de profissionais dos quadros permanentes que não serão deslocados para o projeto; despesas pré-contratuais; contabilização nos livros da empresa; despesas com o pessoal entre o término de um contrato e o engajamento em um novo trabalho; despesas com angariação de novos trabalhos; etc.. Esta taxa incidirá somente sobre as despesas de salários para cada serviço.

2.2.3 – Remuneração de Escritório

A taxa deverá corresponder ao binômio Lucro + Eventuais.

2.2.4 – Despesas Fiscais

Deverão ser observadas as taxas dos tributos sendo obrigatório o cálculo da taxa correspondente às despesas fiscais incidentes sobre o valor dos serviços, sendo necessário a apresentação do demonstrativo dos encargos fiscais adotados.

2.2.5 – Valores Admissíveis

São apresentados, na seqüência, os valores máximos admissíveis para cada uma das taxas incidentes.

TAXAS INCIDENTES	VALORES MÁXIMOS
Encargos Sociais	87,54%
Custos Administrativos (Overhead)	40,00%
Remuneração do Escritório	12,00%
Despesas Fiscais	16,62%

** As empresas que operam pelo regime de Lucro Presumido deverão apresentar como valores máximos de suas Despesas Fiscais 9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento).*

2.3 Exame da Proposta de Preços

No exame da Proposta de Preço serão considerados:

- A obrigatoriedade de apresentação dos quadros exigidos neste edital.
- A compatibilidade entre a Proposta de Preços e a Proposta Técnica, analisada considerando-se, basicamente, a coerência entre as quantidades constantes da Proposta Técnica e aquelas indicadas na Proposta de Preços.
- A coerência entre os preços unitários propostos.
- O demonstrativo do percentual adotado para os encargos sociais.
- A observância dos valores máximos admissíveis para as taxas incidentes.
- A verificação do atendimento a todos os itens anteriores, sendo que o não atendimento a qualquer deles implicará na desclassificação da Proposta de Preços correspondente e, conseqüentemente, eliminação da proponente.
- A nota das propostas de preços será obtida pela expressão a seguir:

$$NPP = 100 \frac{X1}{X2}$$

onde:

NPP = Nota da proposta de preços de cada Licitante;

X1 = $(V0 + MA)/2$, onde V0 é o valor orçado pela VALEC e MA é a média aritmética dos preços apresentados pelas proponentes;

X2 = Valor da proposta considerada.

Observações:

- Para fins de pontuação, o quociente X1/X2 terá seu valor limitado a 1,0 (um inteiro).
- As notas assim obtidas devem ser arredondadas até os centésimos de acordo com os critérios da NBR 5891 – ABNT – Regras de Arredondamento na numeração decimal.

2.3 Classificação das Proponentes

O cálculo da Nota Final (NF) das proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das avaliações das Propostas Técnicas e de Preços, da seguinte forma:

$$NF = \frac{8 \cdot NPT + 2 \cdot NPP}{10}$$

onde:

NF = Nota Final

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPP = Nota da Proposta de Preços

A classificação das proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a proponente que atingir a maior Nota Final. Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será por sorteio.

2.4 Fiscalização

A VALEC nomeará um gestor do contrato, de seu quadro próprio, com poderes para representá-la. A licitante contratada deverá indicar, até 5 (cinco) dias da assinatura do contrato um representante seu, tecnicamente habilitado, para juntamente com o gestor do contrato, adotar as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

A fiscalização de que trata esse item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, a ocorrência destes, não implicará em co-responsabilidade da VALEC ou de seus agentes e prepostos (artigos 69 e 70 da Lei n.º 8.666/93).

A VALEC se reserva o direito de exigir a retirada ou a substituição de qualquer empregado da licitante contratada que prejudicar o andamento normal dos serviços, ou ainda que, por qualquer motivo, se tornar inconveniente ou indesejável no local da prestação dos serviços.

A proponente é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com o artigo 69 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

A proponente vencedora do certame é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o artigo 70 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do edital, deverão ser prontamente atendidas pela licitante vencedora do certame, sem ônus para a VALEC.

ANEXO III NORMAS PARA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

1.0 MEDIÇÃO

1.1 SERVIÇOS

1.1.1 Os serviços serão medidos de acordo com a instrução da VALEC nº NGL-12-18 0001 – Norma Geral para Medição e Pagamento de Serviços de Consultoria, o item 2.6 do edital e as recomendações abaixo:

OBS: DEVERÁ SER DESCONSIDERADO DA NGL-12-18 0001 – NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA O ITEM 5 – MOBILIZAÇÃO DA EMPRESA

1.1.2 Quando da ausência de profissional disponibilizado para o contrato, por motivo legalmente justificável, como por exemplo: férias, licenças para tratamento de saúde ou qualquer outro impedimento, a Contratada poderá substituí-lo por outro de igual qualificação, previamente aceito pela VALEC ou desconsiderá-lo na(s) medição(ões) correspondente(s) ao período de ausência.

1.1.3 Os veículos, instalações e moradias, equipamentos, os serviços gráficos, despesas com viagens e outras despesas serão medidos mensalmente, nos valores correspondentes àqueles propostos pela Contratada para remuneração destes itens.

1.2 DESPESAS

1.2.1 Despesas referentes à utilização de consultores, viagens, estadias e transportes só serão pagas pela VALEC quando da utilização dos mesmos e previamente aprovados pela VALEC.

1.2.2 Despesas realizadas por profissionais qualificados, classificados nas funções P1, P2, P3, P4, T0, T1, A0 e consultores, quando ocorrerem em decorrência de necessidade dos serviços objeto da licitação, abrangendo:

- Passagens aéreas; serão pagas pelo preço integrantes da Proposta mediante apresentação dos comprovantes de viagem.
- Estadias e hospedagem; Idem descrição acima.
- Alimentação; Idem descrição acima.
- Deslocamentos do aeroporto/hotel/VALEC; Idem descrição acima.

2.0 PAGAMENTO

2.1 SERVIÇOS

2.1.1 A VALEC pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os

preços integrantes da Proposta de Preços aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas neste edital, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

2.2 REAJUSTE

Os preços unitários dos serviços objeto do contrato resultante do presente edital serão reajustados após o decorrer um ano da data da apresentação das propostas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = V \times \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right)$$


Onde:

R = valor do reajuste procurado

V = valor contratual do serviço

I_0 = Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – Coluna 39 – Serviços de Consultoria, da Revista Conjuntura Econômica, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, vigente na data da apresentação da Proposta de Preços.

I = Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – Coluna 39 – Serviços de Consultoria, da Revista Conjuntura Econômica, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, vigente na data da apresentação do reajuste.


VALEC	"Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Brasileiro"		 Qualidade Total
	DIRETORIA DE ENGENHARIA		
TÍTULO : "NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA"		N.VALEC NGL-12-18-001	Fl. 1/8 REV. 0

INDICAR NESTE QUADRO EM QUE REVISÃO ESTÁ CADA FOLHA																					
Rev. / FL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Rev. / FL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1											16										
2											17										
3											18										
4											19										
5											20										
6											21										
7											22										
8											23										
9											24										
10											25										
11											26										
12											27										
13											28										
14											29										
15											30										

Rev.	DATA	ELABORADO POR		T. E.	APROVAÇÃO		DESCRIÇÃO DA REVISÃO
		NOME	RUBRICA		NOME	RUBRICA	
00	18/07	SUADM		B	DIREX		Aplicação

TIPO DE EMISSÃO (T.E.)		DISTRIBUIÇÃO	PALAVRA CHAVE
(A) PRELIMINAR (B) REVISÃO (C) CONHECIMENTO (D)	(E) P/APLICAÇÃO (F) 7 (G) (H) CANCELADO	TODAS AS UNIDADES INTERNAS.	DESPESAS REEMBOLSÁVEIS

(Handwritten signatures)

VALEC	"Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Brasileiro"		 Qualidade Total
	DIRETORIA DE ENGENHARIA		
TÍTULO : "NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA"	N.VALEC	Fl.	2/8
	NGL-12-18-001	REV.	0

1 - OBJETIVO

A finalidade deste documento é estabelecer normas para medição e pagamento dos serviços de consultoria necessários à VALEC, disciplinando, em particular, critérios relativos aos procedimentos a serem adotados quanto aos gastos com despesas reembolsáveis decorrentes da prestação de serviços não constantes dos referidos contratos.

2 - CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se a todos os setores da VALEC, em especial aos gestores contratuais designados.

3 - REFERÊNCIAS

- Política para a padronização (POL-03-11-001) – Proc. 021/99
- Regulamento para a padronização (RGF- 03-11-001) – Proc. 021/99

4 - DEFINIÇÕES

4.1 – MEDIÇÃO

Apuração dos serviços prestados em determinado período, medidos em horas despendidas ou tarefas realizadas, expressos nos correspondentes valores monetários.


4.2 - DESPESAS REEMBOLSÁVEIS

São despesas eventuais que se tomam necessárias à execução dos serviços, não previstas no instrumento contratual .

5 – MOBILIZAÇÃO DA EMPRESA

A título de mobilização, a Contratada receberá uma parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, até 10 (dez) dias após a assinatura da 1ª Ordem de Serviço.



VALEC	"Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Brasileiro"		 Qualidade Total
	DIRETORIA DE ENGENHARIA		
TÍTULO : "NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA"	N.VALEC	Fl.	3/8
	NGL-12-18-001	REV.	0

6 – SERVIÇOS DE MEDIÇÃO

6.1.1 - Os serviços executados serão medidos mensalmente, respeitada a equipe mobilizada, e previamente autorizada pela VALEC, os preços unitários e os encargos e custos indiretos constantes da Proposta de Preços da Contratada.

6.1.2 - Quando da ausência de profissional disponibilizado para execução dos serviços contratados, por motivo legalmente justificável, como por exemplo: férias, licença para tratamento de saúde ou qualquer outro impedimento, a Contratada poderá substituí-lo por outro, de igual qualificação, desde que haja prévia aceitação da VALEC, ou desconsiderá-lo na(s) medição (ões) correspondente(s) ao período de ausência.

6.1.3 – Os veículos , instalações e moradias, equipamentos, os serviços gráficos e demais despesas serão medidos mensalmente, nos valores correspondentes àqueles propostos pela Contratada para remuneração destes itens.

6.1.4 - O gestor do contrato analisa, prepara e emite os seguintes documentos:

a) **Boletim de Medição** – O Gestor Contratual emite a medição e em seguida os itens b, c e d.

Quando o Gestor Contratual não for o responsável pela emissão da medição Deverá, após recebê-la, analisá-la e emitir os documentos relacionados nos Itens b, c e d. Neste caso, a medição deverá ser assinada pelo responsável pela sua emissão (atestador de serviços), fiscalização, contratada, Superintendente da Área e Diretor da Área.

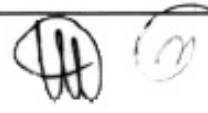
b) **Carta de Autorização de Faturamento** – assinada pelo Diretor da Área;


c) **Boletim de Medição** – assinado pelo Gestor do Contrato e Superintendente;

d) **Documento de Liberação de Crédito – DLC** – assinado pelo Gestor, Superintendente da Área, Diretor da Área, Superintendente Financeiro e Diretor-Presidente ou Diretor Administrativo-Financeiro.

6.1.5 - O gestor do contrato encaminha toda a documentação à GECON para providências.

Handwritten mark



VALEC	"Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Brasileiro"		 Qualidade Total
	DIRETORIA DE ENGENHARIA		
TÍTULO : "NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA"	N.VALEC	Fl.	4/8
	NGL-12-18-001	REV.	0

7 – DESPESAS REEMBOLSÁVEIS

7.1.1 – Serão reembolsadas, excepcionalmente, as despesas eventuais e necessárias, desde que não previstas na proposta da contratada, realizadas com:

- consultores e assessores não constantes do quadro técnico/administrativo da contratada, porém, enquadráveis, na categoria de Assessoria Técnica Especial;
- passagens aéreas e terrestres;
- hospedagem e alimentação;
- deslocamento do aeroporto / hotel / VALEC e outros ligados à execução dos serviços;
- locação de veículos, aeronaves e outros;
- locação de equipamentos de informática;
- locação de equipamentos de geo-referenciamento e de topografia;
- serviços gráficos;
- despesas postais.

7.1.2 - Não serão consideradas despesas reembolsáveis as aquisições de bens, tais como: equipamentos de informática, equipamentos de topografia (GPS, Estação Total, Nível Ótico, Teodolito), dentre outros, bem como mobiliários.

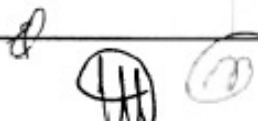
7.1.3 – Havendo necessidade da realização de serviços de consultoria e assessoria técnica especial, o pagamento relativo aos mesmos será efetuado contra apresentação de relatório específico do serviço executado.


7.1.4 - Todo reembolso de despesas dependerá de autorização prévia, por intermédio de Ordem de Serviço, e mediante adequada comprovação da realização das mesmas pela Contratada.

7.1.5 - Caso seja julgado conveniente pela VALEC, e desde que justificado na ORDEM DE SERVIÇO correspondente, quaisquer das despesas poderão ser faturadas diretamente em nome da VALEC.

7.1.6 - As despesas reembolsáveis deverão ser limitadas em até 10% (dez por cento) do valor do contrato.


7.1.7 - Não serão reembolsadas as despesas cujas notas fiscais estejam com prazo de validade vencido, com número de série ilegível e/ou com data de emissão superior a 90 dias.



VALEC	“Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Brasileiro”		 Qualidade Total
	DIRETORIA DE ENGENHARIA		
TÍTULO : “NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA”		N.VALEC NGL-12-18-001	Fl. 5/8 REV. 0

<p>8 – PAGAMENTO</p> <p>8.1.1 - A VALEC pagará à Contratada, pelos serviços executados, os preços integrantes da Proposta de Preços apresentada, ressalvada a incidência de reajustamento e multa por atraso de pagamento.</p> <p>8.1.2 - As despesas, eventuais e necessárias, serão reembolsadas pela VALEC, desde que seja obedecido o disposto no item 7 e seus subitens, nos valores constantes das Notas Fiscais / Faturas, que deverão ser apresentadas no original.</p> <p>8.1.3 - Nos valores apresentados nas medições e nos relativos às despesas reembolsáveis, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço (s), de acordo com as condições previstas no Edital de Convocação, que originou a proposta da Contratada, constituindo-se assim na única remuneração pelos serviços contratados e executados.</p> <p>9 - PROCEDIMENTOS DAS DESPESAS REEMBOLSÁVEIS.</p> <p>9.1 - A realização de serviços caracterizados como despesas reembolsáveis deverá ser devidamente justificada pelo Superintendente da área requisitante, e solicitada ao Gestor do Contrato, por intermédio de memorando, podendo ser antecipado por e-mail personalizado.</p> <p>9.2 - O Gestor do Contrato solicita o orçamento das despesas reembolsáveis à Contratada, e, após verificar a disponibilidade orçamentária junto à SUFIN, o envia ao Superintendente da Área para aprovação.</p> <p>9.3 - Aprovada a execução do serviço, o Superintendente da Área encaminha a autorização ao Gestor do Contrato que providencia a emissão da Ordem de Serviço correspondente, e sua assinatura pelas partes.</p> <p>9.4 - O gestor do contrato informa à área requisitante a Ordem de Serviço emitida.</p> <p>9.5 - A área solicitante acompanha a realização dos serviços.</p> <p>9.6 - A área requisitante atesta o serviço executado, e/ou prestado, encaminhando a Nota Fiscal (original) para a contratada efetuar o pagamento.</p>	
--	--



VALEC	"Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Brasileiro"		 Qualidade Total
	DIRETORIA DE ENGENHARIA		
TÍTULO : "NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA"	N.VALEC	Fl.	6/8
	NGL-12-18-001	REV.	0

9.7 – A área requisitante encaminha ao gestor do contrato uma cópia da nota fiscal autenticada de próprio punho.

9.8 – A contratada relaciona todas as notas fiscais através do formulário 001/DR (anexo I), e encaminha ao gestor do contrato acompanhado da nota de débito.

9.8.1 – Nota de Débito (ND): A contratada apresentará o formulário 001/DR relacionando todas as despesas reembolsáveis, com seus respectivos comprovantes anexos – cópia legível e autenticada de próprio punho).

Todas as folhas devem ser numeradas seqüencialmente.

9.8.2 – Nota Fiscal (NF):

A nota fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATADA, com todos os campos preenchidos:

Dados complementares que deverão constar no verso da NF:

- nome do usuário da despesa;
- justificativa da despesa;
- assinatura do solicitante, do gestor do contrato e do superintendente da área.


As despesas de viagem que envolvem passagens aéreas e/ou terrestres, alimentação e hospedagem devem estar discriminadas no formulário ARCV (anexo II).

9.9 – O gestor do contrato analisa, prepara e emite os seguintes documentos: a) **Formulário 01/DR** – assinado pela Contratada, Gestor do Contrato da Contratante, Superintendente da Área da Contratante; b) **Carta de Solicitação de Reembolso de Despesas**.

9.10 – O Gestor do Contrato da Contratante analisa, prepara e emite os seguintes documentos: a) **Carta de Autorização de Faturamento** – assinada pelo Diretor da Área; b) **Boletim de Medição** – assinado pelo Gestor do Contrato e Superintendente; c) **Documento de Liberação de Crédito – DLC** – assinado pelo Gestor, Superintendente, Diretor da Área, Superintendente Financeiro e Diretor-Presidente ou Diretor Administrativo-Financeiro.





VALEC	"Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Brasileiro"		 Qualidade Total
	DIRETORIA DE ENGENHARIA		
TÍTULO: "NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA"	N.VALEC	Fl.	7/8
	NGL-12-18-001	REV.	0

9.11 – O gestor do contrato encaminha toda a documentação a GECON para providências.

9.12 – A VALEC reembolsará todas as despesas relacionadas no Formulário 01/DR e devidamente aprovadas.

10 – COMPETÊNCIA

Fica a Diretoria de Engenharia responsável por baixar atos e demais comunicações necessárias ao fiel cumprimento desta Norma.

11 – VIGÊNCIA

Esta norma passa a vigorar a partir da data de sua assinatura pela DIREX.

Brasília, 04 de Maio de 2007.




JOSE FRANCISCO DAS NEVES
Diretor-Presidente



FRANCISCO ELÍSIO LACERDA
Diretor Administrativo-Financeiro



ULISSES ASSAD
Diretor de Engenharia

VALEC	"Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Brasileiro"		 Qualidade Total
	DIRETORIA DE ENGENHARIA		
TÍTULO : "NORMA GERAL PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA"	N.VALEC	Fl.	9/8
	NGL-12-18-001	REV.	0

ANEXO II

ARVC – AUTORIZAÇÃO E RELATÓRIOS DE VIAGEM DE CONTRATADOS		Nº: / /
NOME:	EMPRESA:	

MOTIVO / SERVIÇO:	
DATA:	ITINERÁRIO:

AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM		
_____ SOLICITANTE DATA: / /	_____ GERENTE DO CONTRATO DATA: / /	_____ SUPERINTENDENTE DATA: / /

RELATÓRIO DE GUSTOS			
	ADIANTAMENTO	PRESTAÇÃO DE CONTAS	
		COMPROVANTES	VALORES
PASSAGEM			
HOSPEDAGEM			
ALIMENTAÇÃO			
DESLOCAMENTOS			
OUTROS			
TOTAL			
APROVAÇÃO			
_____ VIAJANTE DATA: / /	_____ GERENTE DO CONTRATO DATA: / /	_____ SUPERINTENDENTE DATA: / /	

OBS: Anexar cartões de embarque e demais comprovantes.



ANEXO IV - MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

ANEXO IV
MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO Nº /2011
PROCESSO Nº1020/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GERENCIAMENTO E ASSESSORIA TÉCNICA DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA EF- 354 – FERROVIA DE INTEGRAÇÃO CENTRO-OESTE – FICO ENTRE SI FAZEM A CONTRATANTE – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A., COMO CONTRATANTE E, COMO CONTRATADA.

CONTRATANTE - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A., empresa pública federal, concessionária de serviço público, vinculada ao Ministério dos Transportes, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Ed. Palácio da Agricultura, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 42.150.664/0001-87, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu ***Diretor-Presidente José Francisco das Neves*** e pelo ***Diretor de Engenharia Luiz Carlos de Oliveira Machado*** e, com sede na, na Cidade, Estado, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por, resolvem com base no Processo nº 1020/2010, que deu origem à CONCORRÊNCIA nº 003/2011, homologada em .../.../...., tendo por fundamento legal o Artigo 23, Inciso I, Alínea "c", da Lei nº 8.666, de 21/06/93, e demais diplomas que a alteram, celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. - O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de empresa de engenharia consultiva para execução dos serviços técnicos especializados de Gerenciamento e Assessoria Técnica do Projeto de Implantação da EF-354 – Ferrovia de Integração

Centro-Oeste – FICO, no trecho de aproximadamente 1.000 km, no segmento compreendido entre intercessão da FICO com a Ferrovia Norte Sul – FNS, à Lucas do Rio Verde, de responsabilidade da CONTRATANTE Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS CONTRATUAIS

2.1 - Fazem parte integrante do presente CONTRATO, independente de suas transcrições, os seguintes documentos:

- Edital da Concorrência nº 003/2011 e seus Anexos;
- Proposta da CONTRATADA.

2.2 - Em caso de dúvida ou divergência entre os termos dos documentos contratuais referidos no item anterior, prevalecerão sempre os deste CONTRATO. As referências, nestes instrumentos, às Cláusulas, itens e subitens correspondem sempre às do presente CONTRATO, salvo outra indicação expressa.

CLÁUSULA TERCEIRA - ORDENS DE SERVIÇO

3.1 - Os serviços objeto do presente CONTRATO serão executados por meio de Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE e aceitas pela CONTRATADA.

3.1.1 - Todo e qualquer serviço somente será iniciado após a emissão e aceite da respectiva Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO

4.1 – O presente Contrato vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE, nos termos do artigo 57, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, contado a partir da data da assinatura do contrato.

4.2 – A data de início de execução dos serviços será a da assinatura da 1ª Ordem de Serviço expedida pela CONTRATANTE.

4.3 – O prazo estabelecido na ordem de serviço não poderá ultrapassar o prazo vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO CONTRATO

5.1 - O valor deste CONTRATO é estimado em R\$ (.....).

5.2 - Estão incluídos no valor estimado no Item 5.1 todos os custos previstos neste CONTRATO, inclusive remuneração da CONTRATADA, conforme condições estabelecidas no Edital e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA- REMUNERAÇÃO

6.1 - Pela execução dos serviços previstos neste CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores estabelecidos nos Anexos X "A", X "B", X "C", X "D" e X "E", constantes da sua Proposta de Preços, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, renunciando esta última, desde já, a qualquer reivindicação posterior relativa a preços contratuais, baseada em eventuais faltas ou omissões que porventura venham a ser verificadas em sua Proposta.

6.2 - Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas neste CONTRATO, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

CLÁUSULA SÉTIMA - MEDIÇÃO

7.1 - A Medição dos Serviços será feita de acordo com as Normas para Medição e Pagamento, Anexo III, do Edital de Concorrência nº 003/2011, com a exclusão do item 5 da referida Norma.

7.2 - A medição relativa a mão-de-obra abrangerá o período compreendido entre a data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO e o dia 25 seguinte.

7.2.1 - A medição a que se refere este Item deverá ser submetida à CONTRATANTE até o dia 30 (trinta) do mês da medição, acompanhada de todos os comprovantes dos itens medidos e das despesas reembolsáveis.

7.2.2 - Até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da medição, a CONTRATANTE analisará os documentos referidos no Item anterior e liberará o respectivo Boletim de Medição (BM).

7.3 - As medições mensais serão liberadas contra a apresentação do Relatório Mensal de Acompanhamento dos Serviços, previsto no Edital.

CLÁUSULA OITAVA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

8.1 - O pagamento dos serviços será efetuado diretamente pela CONTRATANTE ao destinatário dos documentos de cobrança.

8.2 - Após a liberação, pela CONTRATANTE, do Boletim de Medição (BM), a CONTRATADA emitirá os documentos de cobrança, sem emendas ou rasuras, acompanhados de documentos que comprovem indiscutivelmente, a prestação dos

serviços em conformidade com o CONTRATO, e com a legislação vigente e os submeterá à CONTRATANTE, efetivando a entrega no Protocolo Geral da CONTRATANTE.

8.2.1 - Os comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS, relativos ao mês anterior ao da medição, deverão acompanhar a documentação de cobrança.

8.3 - Desde que os documentos de cobrança e demais documentos que os acompanham estejam em conformidade com o CONTRATO, a CONTRATANTE procederá ao pagamento até o 30^º (trigésimo) dia após a apresentação e registro em seu Protocolo Geral.

8.3.1 - Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista no item 8.3, deverão ser atualizados financeiramente pelos índices de variação do IPCA/IBGE em vigor, *pro rata die*, adotados pela legislação federal que rege a ordem econômica, desde que a data final de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

8.3.2 - O valor relativo à compensação financeira será incluída na fatura/nota fiscal expedida no mês seguinte ao da ocorrência.

8.4 - É vedado à CONTRATADA o endosso, desconto ou cobrança bancária de títulos representativos de créditos seus, oriundos deste CONTRATO, sem a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, que poderá negá-lo.

8.4.1 - Caso a CONTRATANTE autorize o desconto ou a cobrança bancária das duplicatas emitidas pela CONTRATADA, as despesas bancárias e quaisquer outras decorrentes da operação correrão por conta da CONTRATADA.

8.5 - Caso sejam constatados pela CONTRATANTE erros, falhas ou divergências nos documentos referidos nesta Cláusula, o prazo para o pagamento estabelecido no Item 8.3 Só será contado a partir da data de reapresentação, pela CONTRATADA, dos documentos de cobrança, devidamente corrigidos, não incidindo, neste caso, qualquer acréscimo ou ônus sobre tais pagamentos.

8.6 - Na eventualidade de dúvida quanto a alguma parte dos documentos de cobrança, será liberado pela CONTRATANTE, a parte incontroversa, devendo a CONTRATADA prestar os esclarecimentos necessários à liberação do saldo remanescente.

8.7 - Na hipótese de vir a ser constatada pela CONTRATANTE quaisquer irregularidades em faturas já pagas, a CONTRATANTE efetuará a glosa e optará entre o desconto desse valor no próximo pagamento ou a notificação à CONTRATADA para recolhimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTAMENTO

9.1 - Os preços unitários dos SERVIÇOS serão reajustados, anualmente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right)$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado.

V = Valor contratual do serviço.

I_0 = Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna - (IGP-DI), da Conjuntura Econômica, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vigente na data da apresentação da Proposta de Preços.

I = Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna - (IGP-DI) da Revista Conjuntura Econômica, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente à data do reajuste.

9.2 - Não se admitirá quaisquer encargos financeiros, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

CLÁUSULA DÉCIMA - GERENCIAMENTO DO CONTRATO

10.1 - A CONTRATANTE nomeará um GESTOR DO CONTRATO, de seu quadro próprio, com poderes para representá-la. A CONTRATADA deverá indicar até 5 (cinco) dias após assinatura deste CONTRATO um representante seu, tecnicamente habilitado, para, juntamente com o GESTOR DO CONTRATO da CONTRATANTE, adotar as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

10.2 - Com o objetivo de garantir o padrão de qualidade dos SERVIÇOS, a CONTRATADA se obriga a apresentar previamente à CONTRATANTE os currículos dos empregados de nível superior que farão parte do seu corpo técnico, a ser utilizado na prestação dos SERVIÇOS, reservando-se a CONTRATANTE o direito de rejeitar aqueles cuja qualificação técnica não atender as necessidades dos SERVIÇOS. Por outro lado e com o mesmo objetivo, nenhum técnico da CONTRATADA já disponibilizado para os SERVIÇOS poderá ser por esta afastado sem a prévia autorização do GESTOR DO CONTRATO.

10.2.1 - A CONTRATANTE se reserva o direito de exigir a retirada ou a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que prejudicar o andamento normal dos SERVIÇOS.

10.2.2 - A CONTRATADA submeterá à aprovação prévia da CONTRATANTE a relação nominal de pessoal que será disponibilizado em cada ORDEM DE SERVIÇO, dela constando o salário mensal correspondente a categoria em que for enquadrado cada profissional. Esta relação deverá ser atualizada sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

10.3 - A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, estabelecer procedimentos administrativos complementares, visando a implementar a fiscalização e o acompanhamento do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 - O presente CONTRATO poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

11.2 - Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa, à CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no Art. 80, Incisos I a IV, Parágrafos 1º a 4º do aludido diploma legal, no que couber.

11.3 - O não cumprimento pela CONTRATADA de qualquer de suas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais, principalmente o pagamento de seu pessoal nos prazos devidos, ou a reiterada impontualidade no cumprimento dessas obrigações, ensejará a rescisão do CONTRATO pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - FORÇA MAIOR

12.1 - Se, por circunstâncias de força maior, a CONTRATADA ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações contratuais, deverá comunicar esse fato imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, informando os efeitos do evento. Constatada, pela CONTRATANTE, a existência de tais circunstâncias, os SERVIÇOS serão suspensos, mediante comunicação escrita da CONTRATANTE, enquanto perdurar a condição de força maior. Quando essa condição se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias, contados da sua constatação pela CONTRATANTE, qualquer das PARTES contratantes poderá pedir a rescisão do CONTRATO, cabendo à CONTRATANTE, nesse caso, exclusivamente o encargo de pagar à CONTRATADA a importância correspondente aos SERVIÇOS executados até a data da ocorrência do evento de força maior.

12.2 - Para efeito deste CONTRATO, consideram-se circunstâncias de força maior aquelas definidas na legislação e na jurisprudência em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - O pagamento e o recolhimento de quaisquer tributos, encargos ou contribuições, inclusive para fiscais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste CONTRATO, correrão por conta e inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

13.2 - Caso a CONTRATADA seja autuada, notificada ou intimada pela autoridade competente por inobservância do disposto no Item 13.1 e isto implicar em responsabilidade solidária da CONTRATANTE, esta poderá reter, dos pagamentos vincendos, um montante equivalente ao encargo não recolhido pela CONTRATADA, até que esta satisfaça o pagamento devido, não incidindo, nessa hipótese, quaisquer juros ou reajustamento sobre as parcelas retidas.

13.3 - Serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quaisquer indenizações por danos ou prejuízos causados por ação ou omissão sua ou de seus propostos à CONTRATANTE ou a terceiros, bem como pela inobservância ou infração de disposições previstas em lei, regulamentos ou posturas vigentes, em decorrência da execução dos SERVIÇOS previstos neste CONTRATO.

13.4 - Caso a CONTRATANTE venha a obter algum tipo de incentivo fiscal a ser aplicado ao Projeto da Ferrovia, deverá comunicar à CONTRATADA, por escrito. Após essa comunicação, a CONTRATADA deverá observar o disposto nos subitens seguintes:

13.4.1 - A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE, sob a forma de redução de custo, nas suas faturas, as isenções que esta possa vir a obter.

13.4.2 - Caberá a CONTRATADA providenciar o reconhecimento, junto à autoridade fiscal competente, de todos os incentivos fiscais aplicáveis ao Projeto da Ferrovia, na área de atuação deste CONTRATO, inclusive nas subcontratações, se houver.

13.4.3 - Os benefícios fiscais obtidos serão totalmente repassados pela CONTRATADA à CONTRATANTE até 5 (cinco) dias após a data de seu efetivo aproveitamento.

13.4.4 - Se a CONTRATADA der causa ao não aproveitamento, à revogação, à diminuição ou à suspensão, de quaisquer incentivos fiscais aplicáveis ao CONTRATO, arcará com os ônus disso decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1 - Este CONTRATO só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas, mediante Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

15.1 - Para atender aos compromissos decorrentes do presente CONTRATO, os recursos estão previstos no Orçamento da União para 2011 e no Plano Plurianual de Investimentos dos exercícios subsequentes, no que couber. Nota de Empenho nº Elemento de Despesa..... Função Programática.....

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – FISCALIZAÇÃO

16.1 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Artigos 69 e 70 da Lei nº 8.666/93).

16.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com este CONTRATO.

16.3 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente CONTRATO, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA– MULTA

17.1 - Havendo infringência por parte da CONTRATADA, de qualquer disposição deste CONTRATO, excetuados os casos por circunstâncias de força maior, como previsto no Item 12.1, fica facultada à CONTRATANTE a aplicação de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de inadimplência, correspondente a 0,03% (zero vírgula zero três por cento) do valor total do CONTRATO, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta Cláusula.

17.2 - Ocorrendo rescisão por motivo imputável à CONTRATADA, arcará esta, com uma multa rescisória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO, corrigido monetariamente, sem prejuízo da aplicação das perdas e danos apurados e de outras sanções cabíveis.

17.3 - As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

17.4 - O valor total das multas correspondentes ao Item 17.1 não poderá ultrapassar de 10% (dez por cento) do valor total do CONTRATO, corrigido monetariamente, limite

que permitirá à CONTRATANTE rescindi-lo, não cabendo, neste caso, aplicação cumulativa da multa prevista no Item 17.2.

17.5 – Não havendo pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, esta terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE, para recolher a importância correspondente à multa aplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – GARANTIA

18.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia em qualquer das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do montante contratual, devendo apresentá-la no ato da assinatura do contrato.

18.2 - O pagamento de todo e qualquer documento de cobrança da CONTRATADA somente será efetuado pela CONTRATANTE se a condição de garantia de que trata esta cláusula estiver satisfeita.

18.3 - A garantia prestada pela CONTRATADA, excetuados os valores descontados nos Termos do CONTRATO a ser firmado, será restituída ou liberada pela CONTRATANTE 10 (dez) dias após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

18.4 - Na hipótese de alteração do valor do CONTRATO, por aditamento ou reajustamento, o valor da garantia deverá ser revisado nas mesmas condições do Contrato.

18.5 - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá fazer a respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data em que for notificada pela CONTRATANTE, mediante ofício entregue contra recibo.

18.6 - A garantia a ser prestada vigorará durante até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pelas PARTES.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A CONTRATADA responderá de maneira absoluta e inescusável pelos SERVIÇOS por ela executados, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela qualidade técnica.

19.1.1 - Se, por culpa da CONTRATADA, os SERVIÇOS, por ela executados, apresentarem omissões, falhas ou defeitos, a CONTRATADA deverá corrigi-los, sem

quaisquer ônus para a CONTRATANTE, nos prazos determinados pela CONTRATANTE.

19.1.2 - No caso de a CONTRATADA recusar-se ou negligenciar em corrigir estas omissões, falhas ou defeitos, a CONTRATANTE procederá à correção, respondendo a CONTRATADA pelo inadimplemento contratual, multas e outras sanções cabíveis, podendo, ainda, a CONTRATANTE se ressarcir desses custos com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à CONTRATADA.

19.2 - A CONTRATADA se compromete, a refazer ou corrigir, às suas expensas, os serviços que, após entrega final, tenham sido comprovadamente executados com erro ou imperfeição técnica por sua culpa, exclusiva, nos moldes estabelecidos pelo Código Civil.

19.3 - As comunicações e avisos, expedidos pela CONTRATADA em decorrência deste CONTRATO, só serão válidos se endereçados e enviados, por escrito, para a CONTRATANTE - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A., aos cuidados do GESTOR DO CONTRATO, sem prejuízo do disposto no Item 7.1 para a remessa das faturas.

19.4 - A CONTRATADA será responsável pelos seguros de seu pessoal, do equipamento que utilizar e por todos os seguros exigidos por lei, necessários à execução dos SERVIÇOS contratados.

19.5 - A CONTRATADA, na qualidade de empregadora do pessoal em serviço, é, como tal, única e exclusiva responsável pelos salários de seus empregados, bem como por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações tributárias, previdenciárias, trabalhistas, sociais e securitárias, inclusive pelas despesas relacionadas às rescisões e indenizações, em função do presente CONTRATO ou dele decorrentes, não existindo, de modo algum, vínculo de qualquer natureza entre seus empregados e a CONTRATANTE.

19.6 - A CONTRATADA facultará à CONTRATANTE a fiscalização e apuração das horas trabalhadas pelo seu pessoal, podendo tal fiscalização ser feita diretamente pela CONTRATANTE, através de seus empregados, ou através de auditores.

19.7- A CONTRATADA se compromete a não fornecer a terceiros quaisquer dados ou informações referentes aos SERVIÇOS deste CONTRATO.

19.8- Não será permitida a subcontratação, cessão ou sub-rogação, total ou parcial, do presente CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - RENÚNCIA

20.1 - O não exercício de qualquer direito que caiba à CONTRATANTE no caso de inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA neste instrumento, não será interpretado como renúncia, podendo ser exercidos tais direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

21.1 - As PARTES CONTRATANTES elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente CONTRATO e de sua execução.

E, por estarem assim justas e acordadas, as PARTES assinam o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo:

Brasília, de de 2011

CONTRATANTE - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

Nome: José Francisco da Neves

Cargo: Diretor-Presidente

CONTRATANTE - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

Nome: Luiz Carlos de Oliveira Machado

Cargo: Diretor de Engenharia

CONTRATADA

Nome:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO V – MODELOS DE CARTAS

**ANEXO V A
CARTA CREDENCIAL**

(Em papel timbrado da empresa)

....., de de 2011.

À
VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 1 – Bloco F
Edifício Palácio da agricultura, 19º andar – CEP: 70.040-908
Brasília/DF

Ref.: Edital de Concorrência nº 003/2011 – VALEC
Att.: Comissão Permanente de Licitações

O abaixo assinado, responsável legal pela empresa vem, pela presente, informar a V.Sas., que o Sr., Carteira de Identidade nº é a pessoa designada para representar nossa empresa na licitação acima referida, podendo assinar atas e demais documentos; apresentar impugnações e recursos; inclusive, renúncia expressa a recurso nas fases de habilitação e classificação, se for o caso; e, ainda, praticar todos os atos necessários ao desempenho da representação no referido procedimento licitatório.

Atenciosamente,

Nome, Carteira de Identidade
Assinatura do Responsável Legal

ANEXO V B
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

(Em papel timbrado da empresa)

À

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 1 – Bloco F

Edifício Palácio da agricultura, 19º andar – CEP: 70.040-908

Brasília/DF

Ref.: Edital de Concorrência nº 003/2011 – VALEC

Att.: Comissão Permanente de Licitações

Prezados Senhores,

1. Após examinar e estudar cuidadosamente os documentos de licitação, e tendo tomado pleno conhecimento da natureza dos serviços e, portanto, estarmos cientes de todos os fatores que possam afetá-los em custo e prazo, apresentamos nossa Proposta Técnica para os referidos serviços, conforme o Edital de Concorrência em referência.
2. De acordo com os termos do referido Edital de Licitação, nossa Proposta de Preço é apresentada em envelope à parte.

Nome, Carteira de Identidade
Assinatura do Responsável Legal

ANEXO V C
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado da empresa)

À
VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.
Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 1 – Bloco F
Edifício Palácio da agricultura, 19º andar – CEP: 70.040-908
Brasília/DF

Ref.: Edital de Concorrência nº 003/2011 – VALEC
Att.: Comissão Permanente de Licitações

Prezados Senhores,

(Empresa), com sede na cidade de, à rua, inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada por
....., abaixo assinado, propõe à VALEC a execução dos serviços discriminados no item 2.1 do edital supramencionado, nas seguintes condições:

- a) O preço proposto para a execução dos serviços é de R\$ (em algarismos e por extenso).
- b) O prazo de execução dos serviços é de (em algarismos e por extenso) dias corridos, contados da data da 1ª Ordem de Serviço a ser expedida pela VALEC.
- c) O prazo de validade da Proposta é de (em algarismos e por extenso) dias corridos, contados da data de abertura desta Licitação.
- c) O pagamento de faturas, pela VALEC, deverá ser efetuado em moeda corrente no país, no prazo de até dias corridos, contados da data do adimplemento da obrigação.

Atenciosamente,

Nome, Carteira de Identidade
Assinatura do Responsável Legal

ANEXO VI – MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO VI A
DECLARAÇÃO REFERENTE A MENORES

(Em papel timbrado da empresa)

_____(Nome da Empresa), _____(Endereço completo), inscrita no CNPJ sob o número _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do art. 7º, inciso XXXIII, a saber:

“ (...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito anos e qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos”.

_____, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

Cargo do declarante

ANEXO VI B
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Em papel timbrado da empresa)

_____ (Nome da
Empresa), inscrita no CNPJ sob o número _____, com endereço
sito à _____, declara, sob as
penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua
habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar
ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

Cargo do declarante

ANEXO VI C
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS

(Em papel timbrado da empresa)

_____ (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob o número _____, com endereço sito à _____, declara, sob as penalidades da lei, que inspecionou o local dos serviços e vizinhanças, está familiarizada com as características do serviço e que não alegará, *a posteriori*, desconhecimento de qualquer fato.

_____, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

Cargo do declarante

**ANEXO VII – QUADRO DA QUALIFICAÇÃO
ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**ANEXO VII A
DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

<p>AC = Ativo Circulante RLP = Realizável a Longo Prazo PC = Passivo Circulante ELP = Exigível a Longo Prazo</p> <p>AC = RLP = PC = ELP =</p>	<p>IL = Índices de Liquidez</p> <p>ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) ILG =</p> <p>ILC = AC / PC ILC =</p>
--	---

ANEXO VIII – QUADROS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**ANEXO VIII A
 RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS POR PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR
 VINCULADOS PERMANENTEMENTE À EMPRESA**

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS POR PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR VINCULADOS PERMANENTEMENTE À EMPRESA					
Nº DE ORDEM	IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO	CONTRATANTE	PERÍODO DE EXECUÇÃO		ATESTADO
			INÍCIO MÊS/ANO	FIM MÊS/ANO	
Nome da Empresa:		Identificação, Qualificação e Assinatura do Responsável Informante:			

ANEXO IX – QUADROS DA PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO IX B
IDENTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

DADOS PESSOAIS:

NOME:.....

DATA DE NASCIMENTO:.....

CARTEIRA DE IDENTIDADE: (Indicar o número da Carteira no Conselho de Classe)

FORMAÇÃO:

Indicar o nome da escola de graduação e o ano de formatura.

.....

RESUMO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

Descrever as atividades profissionais, indicando: nomes do empregador e do contratante dos serviços, identificação do serviço, função exercida, trabalho desenvolvido e período de atuação.

OBSERVAÇÃO: Utilizar no máximo, 3 (três) páginas para a apresentação de cada currículo profissional. Não serão consideradas, para fins de atribuição da Nota da Equipe Técnica, as páginas adicionais que ultrapassarem o limite aqui estipulado.

ANEXO IX C
TERMO DE AUTORIZAÇÃO / COMPROMISSO

Ref.: Edital de Concorrência nº 003/2011.

Autorizo a empresa..... (nome da empresa), CNPJ nº, a incluir meu nome na equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos objeto da licitação em referência, bem como comprometo-me a participar da equipe permanente, caso a mesma venha a ser contratada.

....., de de 2011.

Nome e Nº da Carteira no Conselho de Classe
Assinatura do Profissional

**ANEXO IX D
CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE**

CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO	OBJETO OU NATUREZA DOS SERVIÇOS	CONTRATANTE
Nome do Informante:		Identificação, Qualificação e Assinatura do Responsável Informante:

ANEXO X – QUADROS DA PROPOSTA DE PREÇOS

**ANEXO X A
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO ORÇADO**

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO ORÇADO		
ITEM	DESCRIÇÃO	MÊS DE REFERÊNCIA SETEMBRO/2010
		VALOR (R\$)
A	SALÁRIO DA EQUIPE	
B	ENCARGOS SOCIAIS	
	Taxa de 87,54 % sobre o item A	
C	CUSTOS ADMINISTRATIVOS (OVERHEAD)	
	Taxa de 40,00 % sobre o item A	
D	DESPESAS GERAIS	
	Equipamentos de Informática	
	Despesas Diversas	
	Veículos	
	Subtotal D	
E	SUBTOTAL 1 (A+B+C+D)	
F	REMUNERAÇÃO DA EMPRESA	
	Taxa de 12% sobre o SUBTOTAL 1	
G	SUBTOTAL 2 (SUBTOTAL 1 + F)	
H	DESPESAS FISCAIS	
	Taxa de 16,62% sobre o SUBTOTAL 2	
I	SUBTOTAL 3 (SUBTOTAL 2 + H)	
PREÇO GLOBAL ORÇADO		

ANEXO X B

PESSOAL E SALÁRIOS DA EQUIPE

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CÓDIGO	PERÍODO	HOMENS X MÊS		Data de Referência: SETEMBRO/2010	
				NO MÊS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
A	MÃO-DE-OBRA						
1	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR						
1.1	CONSULTOR	C	24	2	48,00		
1.2	COORDENADOR CENTRAL	P0	24	1	24,00		
1.3	COORDENADOR SUBNÚCLEO	P0	24	4	96,00		
1.4	PROFISSIONAL SENIOR	P1	24	10	240,00		
1.5	PROFISSIONAL PLENO	P2	24	10	240,00		
1.6	PROFISSIONAL MÉDIO	P3	24	10	240,00		
		TOTAL					
2	PESSOAL DE NÍVEL TÉCNICO						
2.1	TÉCNICO SENIOR	T0	24	15	360,00		
2.2	TÉCNICO PLENO	T2	24	5	120,00		
2.3	AUXILIAR TÉCNICO	T3	24	10	240,00		
		TOTAL					
3	PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO						
3.1	SENIOR	A0	24	10	240,00		
3.2	PLENO	A1	24	5	120,00		
3.3	MOTORISTA		24	19	456,00		
3.4	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - S/M		24	10	240,00		
		TOTAL					
		TOTAL					

ANEXO X C

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERÍODO	HOMENS X MÊS		Data de Referência: SETEMBRO/2010	
			NO MÊS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
7	EQUIPAMENTOS E SOFTWARES					
7.1	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2 GB, HD 500 GB, DVD-RW (DESK TOP) OU EQUIVALENTE)	24	74	1.776,00		
7.2	NOTEBOOKS DUAL CORE 2 GB, HD 250 GB, DVD-RW,14,1"OU EQUIVALENTE	24	8	192,00		
7.3	SOFTWARE OFFICE	24	82	1.968,00		
7.4	SOFTWARE AUTO CAD	24	15	360,00		
7.5	SOFTWARE AUTO CAD CIVIL 3D	24	20	480,00		
7.6	CÂMERA FOTOGRÁFICA 12 MEGA PIXELS, LCD 2,7'	24	5	120,00		
7.7	TELEFONE CELULAR	24	5	120,00		
7.8	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO	24	20	480,00		
7.9	IMPRESSORAS JATO DE TINTA A4, 4800x1200 DPI	24	25	600,00		
7.10	IMPRESSORAS LASER OU JATO DE TINTA A3, 600 DPI	24	5	120,00		
7.11	GPS MANUAL	24	5	120,00		
Total						

ANEXO X D

VEÍCULOS							
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERÍODO	HOMENS X MÊS		Data de Referência: SETEMBRO/2010		
			NO MÊS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
5	VEÍCULOS						
5.1	VEÍCULO SEDAN, MÍNIMO 1000 CILINDRADAS, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA E AR COND.	24	10	240,00			
5.2	VEÍCULOS TIPO PICAPE 4X4, MÍNIMO 2500 CILINDRADAS, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA E AR COND.	24	9	216,00			
Total							

ANEXO X E

DESPESAS DIVERSAS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERÍODO	HOMENS X MÊS		Data de Referência: SETEMBRO/2010		
			NO MÊS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
6	INSTALAÇÕES DIVERSAS						
6.1	MOBILIÁRIO	24	1	24,00			
6.2	SERVIÇOS GRÁFICOS	24	1	24,00			
6.3	IMÓVEIS (ALUGUEL)	24	4	96,00			
6.4	VIAGENS	24	18	432,00			
Total							

ANEXO XI – ORÇAMENTO
(Data Base: setembro/ 2010)

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO ORÇADO		
ITEM	DESCRIÇÃO	MÊS DE REFERÊNCIA SETEMBRO/2010
		VALOR (R\$)
A	SALÁRIO DA EQUIPE	10.927.925,04
B	ENCARGOS SOCIAIS	9.566.305,58
	Taxa de 87,54 % sobre o item A	
C	CUSTOS ADMINISTRATIVOS (OVERHEAD)	4.371.170,02
	Taxa de 40,00 % sobre o item A	
D	DESPESAS GERAIS	
	Equipamentos de Informática	741.133,68
	Despesas Diversas	548.018,88
	Veículos	2.200.560,00
	Subtotal D	3.489.712,56
E	SUBTOTAL 1 (A+B+C+D)	28.355.113,20
F	REMUNERAÇÃO DA EMPRESA	3.402.613,58
	Taxa de 12% sobre o SUBTOTAL 1	
G	SUBTOTAL 2 (SUBTOTAL 1 + F)	31.757.726,78
H	DESPESAS FISCAIS	
	Taxa de 16,62% sobre o SUBTOTAL 2	5.278.134,19
I	SUBTOTAL 3 (SUBTOTAL 2 + H)	37.035.860,97
PREÇO GLOBAL ORÇADO		37.035.860,97

PESSOAL E SALÁRIOS DA EQUIPE

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CÓDIGO	PERÍODO	HOMENS X MÊS		Data de Referência: SETEMBRO/2010	
				NO MÊS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
A	MÃO-DE-OBRA						
1	PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR						
1.1	CONSULTOR	C	24	2	48,00	13.480,35	647.056,80
1.2	COORDENADOR CENTRAL	P0	24	1	24,00	11.023,62	264.566,88
1.3	COORDENADOR SUBNÚCLEO	P0	24	4	96,00	11.023,62	1.058.267,52
1.4	PROFISSIONAL SENIOR	P1	24	10	240,00	10.339,66	2.481.518,40
1.5	PROFISSIONAL PLENO	P2	24	10	240,00	7.417,16	1.780.118,40
1.6	PROFISSIONAL MÉDIO	P3	24	10	240,00	5.253,13	1.260.751,20
		TOTAL					7.492.279,20
2	PESSOAL DE NÍVEL TÉCNICO						
2.1	TÉCNICO SENIOR	T0	24	15	360,00	4.300,00	1.548.000,00
2.2	TÉCNICO PLENO	T2	24	5	120,00	1.917,70	230.124,00
2.3	AUXILIAR TÉCNICO	T3	24	10	240,00	1.547,03	371.287,20
		TOTAL					2.149.411,20
3	PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO						
3.1	SENIOR	A0	24	10	240,00	2.324,51	557.882,40
3.2	PLENO	A1	24	5	120,00	1.486,00	178.320,00
3.3	MOTORISTA		24	19	456,00	937,79	427.632,24
3.4	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - S/M		24	10	240,00	510,00	122.400,00
		TOTAL				-	1.286.234,64
		TOTAL					10.927.925,04

OBS: Referência: Concorrência VALEC 024/2010, valores DIPLAN.

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERÍODO	HOMENS X MÊS		Data de Referência: SETEMBRO/2010	
			NO MÊS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
7	EQUIPAMENTOS E SOFTWARES					
7.1	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2 GB, HD 500 GB, DVD-RW (DESK TOP) OU EQUIVALENTE)	24	74	1.776,00	120,00	213.120,00
7.2	NOTEBOOKS DUAL CORE 2 GB, HD 250 GB, DVD-RW,14,1"OU EQUIVALENTE	24	8	192,00	240,00	46.080,00
7.3	SOFTWARE OFFICE	24	82	1.968,00	18,71	36.821,28
7.4	SOFTWARE AUTO CAD	24	15	360,00	278,13	100.126,80
7.5	SOFTWARE AUTO CAD CIVIL 3D	24	20	480,00	545,83	261.998,40
7.6	CÂMERA FOTOGRÁFICA 12 MEGA PIXELS, LCD 2,7'	24	5	120,00	14,16	1.699,20
7.7	TELEFONE CELULAR	24	5	120,00	100,00	12.000,00
7.8	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO	24	20	480,00	25,60	12.288,00
7.9	IMPRESSORAS JATO DE TINTA A4, 4800x1200 DPI	24	25	600,00	40,00	24.000,00
7.10	IMPRESSORAS LASER OU JATO DE TINTA A3, 600 DPI	24	5	120,00	210,00	25.200,00
7.11	GPS MANUAL	24	5	120,00	65,00	7.800,00
Total						741.133,68



VEÍCULOS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERÍODO	HOMENS X MÊS		Data de Referência: SETEMBRO/2010	
			NO MÊS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
5	VEÍCULOS					
5.1	VEÍCULO SEDAN, MÍNIMO 1000 CILINDRADAS, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA E AR COND.	24	10	240,00	3.085,00	740.400,00
5.2	VEÍCULOS TIPO PICAPE 4X4, MÍNIMO 2500 CILINDRADAS, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA E AR COND.	24	9	216,00	6.760,00	1.460.160,00
Total						2.200.560,00



DESPESAS DIVERSAS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PERÍODO	HOMENS X MÊS		Data de Referência: SETEMBRO/2010	
			NO MÊS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
6	INSTALAÇÕES DIVERSAS					
6.1	MOBILIÁRIO	24	1	24,00	1.615,00	38.760,00
6.2	SERVIÇOS GRÁFICOS	24	1	24,00	3.021,00	72.504,00
6.3	IMÓVEIS (ALUGUEL)	24	4	96,00	1.200,00	115.200,00
6.4	VIAGENS	24	18	432,00	744,34	321.554,88
Total						548.018,88

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume do **Edital de Concorrência nº 003/2011** possui 109 (cento e nove) folhas, incluindo esta, numericamente ordenadas.

Brasília, 1º de abril de 2011.

Cleilson Gadelha Queiroz
Presidente da Comissão Permanente de Licitações